Relatório técnico final
Convênio nº 0050/2007

Projeto Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) da Zona Costeira Catarinense: Estratégias integradas de geração de trabalho e renda a partir da valorização da identidade cultural das comunidades pesqueiras tradicionais

Agricultores-pescadores da praia do Rosa, Imbituba - Foto: Aires Carmem Mariga, 2013

Sergio Leite Guimarães Pinheiro
José Giovani Farias
Daniele Lima Gelbke

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA
FLORIANÓPOLIS
Abril de 2014

Estado de Santa Catarina

Governador do Estado - João Raimundo Colombo
Secretário de Estado da Agricultura e da Pesca - Airton Spies
Presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri
Luiz Ademir Hessmann
Gerente do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola – Epagri/Cepa – Ilmar Borchardt

- Pesquisadores da Epagri/Cepa responsáveis técnicos pelo projeto DTS e Convênio MPA 050-2007
  Sergio Leite Guimarães Pinheiro
  José Giovani Farias

Equipe Técnica
Ademar Vitorino Felipe - Epagri/E.M. Paulo Lopes
Diva Marlene Lehr – Epagri/E.M. Balneário Camboriú
Elísio Sgrott - Epagri/E.M. Imbituba
Enilto de Oliveira Neubert – Epagri/Gerência Regional de Tubarão
Fátima Stippe – Epagri/E.M. Itapema
Glaycon de Souza Silveira - Epagri/E.M. Garopaba
Jose Eduardo Manozzo de Barros – Epagri/E.M. Balneário Camboriú
Jorge Tagliari – Epagri/Gerência Regional de Itajaí
Lenir Pirola – Epagri/Gerência Regional de Tubarão
Luiz Marcos Bora – Epagri/Gerência Regional de Tubarão
Marcio Nunes Palhano - Epagri/E.M. Porto Belo
Otília Salvador - Epagri/E.M. Imbituba
Ricardo Arno da Silva - Epagri/E.M. Bombinhas
Romilto Poluceno – Epagri/E.M. Porto Belo
Wilmar Benjamin Schmitt – Epagri/E.M. Itapema

Colaboradores
Caroline Schio – AMA – Associação Amigos do Meio Ambiente – Garopaba
Claire Cerdan – Cirad/França e UFSC
Crislane de Jesus – Secretaria de Cultura de Porto Belo – Prefeitura Municipal
Daniele Lima Gelbke – Okanagan Consultoria em Turismo e Gestão Ambiental Ltda
Fabiana Jacomel – AMA – Associação Amigos do Meio Ambiente – Garopaba
Mariana Policarpo – UFSC – Florianópolis
Maricélia Brunn – Secretaria de Turismo de Imbituba – Prefeitura Municipal
Mauro de Bonis Almeida Simões – UDESC, Núcleo de Design Integral
Neli Cristina Lenzi – Secretaria de Turismo de Itapema – Prefeitura Municipal
Nerci Bernardes – Câmara de Vereadores de Itapema
Paulo Ricardo – Fotógrafo e escritor autônomo – Garopaba
Simone Poletto – AMA – Associação Amigos do Meio Ambiente – Garopaba

Diagramação e Arte Final – Epagri/Cepa: Sidaura Lessa Graciosa

Apresentação

Este relatório detalha as ações e resultados do projeto “Desenvolvimento Territorial Sustentável da Zona Costeira Catarinense: estratégias integradas de geração de trabalho e renda a partir da valorização da identidade cultural das comunidades pesqueiras tradicionais”, objeto do Convênio 050-2007 firmado em 2007 entre o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA, na ocasião SEAP) e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), e realizado de outubro de 2008 a dezembro de 2013 na Zona Costeira de Santa Catarina (SC).

Também denominado “Desenvolvimento Territorial Sustentável com Identidade Cultural” (DTS-IC), além da Epagri e do MPA este projeto tem mobilizado uma ampla rede de parceiros, lideranças e entidades motivados pela possibilidade de construir e promover uma dinâmica de desenvolvimento territorial com base nas identidades culturais, nas riquezas específicas, na biodiversidade e na sustentabilidade de comunidades tradicionais e de ecossistemas de dois territórios-piloto em SC, o Litoral Centro-Sul (LCS) e o Litoral Centro-Norte (LCS).

A proposta metodológica envolve processos de pesquisa-ação, com duas vertentes que interagem e se retroalimentam: a “pesquisa” e a “ação territorial”. Os resultados de pesquisa incluíram a caracterização das trajetórias de desenvolvimento e dinâmicas territoriais, o levantamento de identidades culturais, atores, ameaças, potencialidades e iniciativas inovadoras de DTS-IC. As ações territoriais envolveram diversos eventos de capacitação, incluindo cursos, Oficinas, reuniões técnicas e a formação de dois Comitês Territoriais que definiram planos de ação, os quais geraram os seguintes produtos: (a) duas Cartas de Identidades Culturais; (b) organização de Roteiros Turísticos de Base Cultural e Comunitária; (c) campanha na mídia para valorização de Identidades Territoriais; (d) construção social de duas Marcas Territoriais; (e) formação de duas Associações de Desenvolvimento Territorial.

Os resultados deste processo indicam que Santa Catarina, pela sua diversidade étnica, sócio-cultural e ambiental, possui um ambiente privilegiado para o DTS-IC. Este tipo de desenvolvimento, que privilegia o caminho da diferenciação e qualificação de produtos e serviços com identidade cultural, tem ajudado a reativar conhecimentos populares e a resignificar a cultura local. Com isto, contribui para ampliar as oportunidades de emprego e renda para as comunidades tradicionais de pescadores artesanais e agricultores familiares, para a valorização do patrimônio agroalimentar e pesqueiro e demais produtos e serviços típicos dos territórios do litoral catarinense.

Agradecemos o apoio do MPA e de todas as entidades parceiras durante o desenvolvimento do projeto. Isso foi essencial para conseguirmos atender todas as metas e até superar algumas economizando recursos financeiros, os quais foram devolvidos ao Ministério para possível aplicação em futuros projetos.

Contudo, vale lembrar que os resultados de processos de DTS-IC se consolidam a médio-longo prazo. As experiências-piloto do LCN e LCS estão servindo de referência e motivação para iniciativas semelhantes em outras regiões da zona costeira de SC, algumas das quais estão elaborando propostas para iniciar projetos de DTS-IC, como o litoral norte e o litoral sul. Isso, entre outras evidências, demostra estarmos no caminho certo e nos motiva a prosseguir. Esperamos continuar contando com o apoio do MPA para continuarmos avançando nesta caminhada.

Luiz Ademir Hessman
Presidente da Epagri

Ilmar Borchardt
Chefe da Epagri/Cepa

Renato Bez Fontana
Gerente de Planejamento e Articulação Técnica

Jorge Luiz Malburg
Gerente Regional de Itajaí

Gustavo Gimi Santos Claudino
Gerente Regional de Tubarão

José Giovani Farias

Sérgio L. G. Pinheiro

Pesquisadores da Epagri/Cepa responsáveis técnicos pelo projeto DTS e Convênio MPA 0050/2007

Sumário

Apresentação 3

1 Introdução 6

2 Ações e resultados 9

2.1 Meta 1. Documento síntese da dinâmica territorial e diagnóstico panorâmico da Zona Costeira de SC 9
2.2 Meta 2. Identificação de embriões de DTS 14
2.3 Meta 3. Apresentação e discussão da proposta 16
2.4 Meta 4. Parcerias interinstitucionais 20
2.5 Meta 5. Capacitação contínua 23
2.6 Meta 6. Elaboração de Planos de Ação de DTS através da realização de diagnósticos participativos 46
2.7 Meta 7. Implementação dos Planos de Ação de DTS 52
2.8 Meta 8. Sistema de monitoramento participativo de longo prazo 74

3 Síntese dos resultados e considerações finais 84

4 Literatura consultada 90

5 Anexos 93

5.1 Sétimo Aditivo e Plano de Trabalho do Convenio MPA-EPAGRI 050-2007
5.2 Documento de Pesquisa "Dinâmicas Territoriais Rurais" (RIMISP, 2010)
5.3 Documento de Pesquisa "Valorização dos ativos culturais e naturais das comunidades rurais e desenvolvimento territorial sustentável na zona costeira do Estado de Santa Catarina/Brasil" (UFSC-CIRAD, 2011)
5.4 Relatório parcial de atividades "Impulso à estratégias de DTS-IC e organização do LABTER na Zona Costeira de Santa Catarina – Brasil" (AMA-RIMISP-EPAGRI, 2009)
5.5 Reportagem "Tradições de Futuro" (Revista Agropecuária Catarinense, v.24, n.1, mar. 2011, p 26-30)
5.6 Artigo "Oportunidades e perspectivas do Desenvolvimento Territorial Sustentável com Identidade Cultural (DTS-IC) em Santa Catarina". Revista Agropecuária Catarinense, V 25, n.1, março 2012, p. 15-18
5.7 Estatuto social da ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL COSTA CATARINA - ADTC
5.8 Segunda Versão das Cartas de Identidades Culturais
5.9 Relatório do Sistema de Monitoramento Participativo de Longo Prazo
5.10 Listas de presença dos eventos de DTS

1 Introdução

O presente relatório é resultado do conjunto de ações realizadas no âmbito do Projeto "Desenvolvimento Territorial Sustentável da Zona Costeira Catarinense: estratégias integradas de geração de trabalho e renda a partir da valorização da identidade cultural das comunidades pesqueiras tradicionais", realizado de outubro de 2008 a dezembro de 2013.

Este projeto, o qual será chamado a partir de agora de "DTS Zona Costeira", é resultado de uma parceria entre o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), conforme convenio e plano de trabalho detalhados no Anexo 1. Tem apoio do Centro Latino Americano para o Desenvolvimento Rural (RIMISP), Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento (CIRAD), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC), Prefeituras Municipais, Organizações Não Governamentais (AMA, APA da BF, Projeto Gaia Village, Acolhida na Colônia, Fórum da Agenda 21, entre outras) e atores locais.

Destaca-se que esta proposta veio ao encontro da constatação de potencialidades localizadas no litoral catarinense, que reforçam a possibilidade da promoção de processos de desenvolvimento sustentáveis, dentre quais se destacam: (i) a presença de sistemas dinâmicos de pesca artesanal e agricultura familiar com forte enraizamento na cultura açoriana, (ii) a sensibilidade de grupos locais para a experimentação com uma nova modalidade de turismo ecológico-comunitário, (iii) a presença de redes de associações e fóruns de desenvolvimento local e (iv) embriões de mosaicos de áreas protegidas de uso sustentável e conselhos gestores envolvidos na construção de planos de manejo de recursos e ativos territoriais.

Sendo assim, as ações propostas tiveram como objetivo a promoção do desenvolvimento sustentável de duas áreas "piloto" do litoral catarinense - o litoral centro norte (LCN) e o litoral centro sul (LCS) - através do fomento ao diálogo e integração entre entidades, setores e atores de cada território, assim como, a valorização das identidades

sociais e culturais na construção deste processo diferenciado de desenvolvimento. O estímulo à socioeconomia destes territórios foi realizado buscando a gestão ecologicamente prudente dos recursos naturais, a inclusão social, a governança territorial e o resgate do patrimônio histórico-cultural na busca da organização de Sistemas Produtivos Locais Integrados (SPLs), que neste caso tem assumido a forma de cesta de bens e serviços territoriais, conforme proposto por Pecqueur (2006).

As ações previstas no Plano de Trabalho do Projeto "DTS Zona Costeira" (Anexo 1) contemplaram as seguintes metas:

1) A elaboração de um documento de síntese da literatura técnica existente sobre a dinâmica socioeconômica, sociopolítica, sociocultural e socioambiental da zona costeira catarinense;
2) A elaboração de um documento identificando possíveis *embriões* de DTS nessa zona;
3) A apresentação, discussão e adequação da proposta junto aos fóruns de planejamento e gestão do desenvolvimento local e territorial considerados relevantes para processos de DTS (a exemplo de conselhos gestores de Unidades de Conservação, de fóruns de Agenda 21 local, de conselhos comunitários e associações de pescadores e agricultores em cada área de intervenção);
4) A formalização de parcerias institucionais por meio da constituição de um comitê de coordenação geral do projeto e de comitês de gestão territorial em cada área de intervenção;
5) A implementação de um programa de capacitação contínua no enfoque de DTS para técnicos EPAGRI e das demais instituições parceiras, além de lideranças locais, pescadores artesanais, produtores agroecológicos, maricultores familiares, artesãos e agentes de turismo comunitário envolvidos em cada área de intervenção;
6) A realização de diagnósticos rápidos e participativos nas áreas selecionadas, visando subsidiar a elaboração de planos de ação centrados na formação de cesta de bens e serviços territoriais;

7) A implementação dos planos de ação elaborados;
8) A criação de um sistema de monitoramento participativo das dinâmicas de DTS num horizonte de médio e longo prazo.

É importante ressaltar que, em função das parcerias estabelecidas durante a execução do projeto, da participação efetiva das comunidades envolvidas, assim como, de entidades públicas governamentais e não governamentais, as ações acima propostas foram sendo amadurecidas e complementadas resultando num esforço de trabalho que superou as expectativas.

Nas sessões seguintes as ações acima elencadas e presentes no Plano de Trabalho do Projeto DTS Zona Costeira (Anexo 1) são sinteticamente relatadas. Mais detalhes são apresentados nos relatórios específicos, documentos e artigos apresentados nos anexos.

2 Ações e resultados

Nesta seção são relatadas as atividades e resultados das oito metas previstas no Plano de Trabalho.

2.1 Meta 1. Documento síntese da dinâmica territorial e diagnóstico panorâmico da Zona Costeira de SC

Esta etapa do trabalho iniciou com uma revisão bibliográfica e documental sobre os processos de desenvolvimento do litoral catarinense, descrevendo sua formação sócio-econômica, a forma de ocupação, as principais atividades econômicas desenvolvidas e tendências. Constatou-se neste estudo, que a zona costeira está cada vez mais exposta aos efeitos deletérios da especulação imobiliária, de um perfil de ocupação dos espaços e de promoção do turismo de verão gerador de impactos destrutivos sobre o meio ambiente biofísico e sobre a qualidade de vida da população local.

Duas regiões piloto foram escolhidas para desenvolver um estudo mais aprofundado com o objetivo de identificar possíveis embriões de DTS. Os critérios para a seleção das regiões ou territórios piloto foram: i) a presença de comunidades pesqueiras dinâmicas ainda vivendo do sistema tradicional que associa a pesca e a agricultura; ii) a existência de iniciativas privadas valorizando o patrimônio local (artesanato, turismo vivencial, eventos culturais); iii) a inserção das comunidades pesqueiras nos mercados locais; iv) a existência de fóruns de discussão e de instâncias de governança local para o desenvolvimento socioeconômico e/ou de preservação ambiental; v) a formação de parcerias entre instituições públicas e privadas voltadas para o desenvolvimento territorial; e vi) presença de dinâmicas contraditórias no território (indústrias e turismo de massa). Desta forma o Litoral Centro Norte e o Litoral Centro Sul foram escolhidos enquanto territórios piloto para o estudo de aprofundamento, e para as ações territoriais, conforme ilustra a figura 1.

Fig. 1: Localização dos territórios-piloto LCS e LCN
(Fonte: Acervo do Projeto DTS IC - SC).

As principais características destes dois territórios estão resumidas no quadro 1.

Quadro 1. Características principais dos territórios escolhidos para estudo aprofundado

	Região Centro Norte	Região Centro Sul
Dados sobre os territórios	População total : 153 798 residentes Área total do território : 232 km2 PIB/Capita : USD 4400 Índice GINI :0,40 - IDH : 0,840 Indigência de pobreza : 32,6% 13000 famílias de pescadores n° estabelec. agropecuária 546 (15047 ha)	População total : 99639 residentes Área total do território : 1191 km2 PIB/Capita : USD 4000 Índice GINI :0,35 – IHD : 0,78 Indigência de pobreza : 32 % 5000 famílias de pescadores n° estabelec. agropecuária : 1256 (122587 ha)
Características sócio econômicas	Zona costeira de maior importância para as atividades pesqueiras; Localizado no eixo Florianópolis – Curitiba Principais setores econômicos: construção civil; turismo de massa; serviços portuários, pesca industrial e agropecuária 25 comunidades pesqueiras - Unidades familiares envolvendo mulheres e jovens;	Fortes atividades pesqueiras devida a presença do mar aberto, de um costão pedroso e vários importantes lagunas (água salgadas) onde pratica-se o cultivo do siri e do camarão alem da pesca artesanal Atividades portuárias (Laguna) Importante pesca artesanal e da produção agrícola familiar. Pesca industrial / criação e cultivo industrial de crustáceo (camarões) Turismo de massa e turismo de luxo em ascensão (SPA, hotel resorts) Região dotada de uma impressionante biodiversidade, uma beleza paisagística,
Inserção nos mercados	30 unidades familiares de beneficiamento dos produtos da pesca Venda direita para restaurantes ; alternativas de renda, iniciativas de turismo vivencial em ascensão nas famílias de pescadores	Venda direta para restaurantes, alternativas de renda, iniciativas de turismo (projeto acolhida na colônia) vivencial em ascensão nas famílias de pescadores Eco turismo (trilhas, observação das baleias) Venda de produtos da agroecologia em feiras de Florianópolis (município de Paulo Lopez)
Patrimônio cultural	Mecanismos de integração social e cultural (festas típicas, práticas de pesca tradicionais, movimentos e grupos sociais, existência de patrimônio cultural e arquitetônico) presença de comunidades quilombos (mulheres e jovens) valorizando artesanato tradicionais (de origem africano)	Mecanismos de integração social e cultural (festas típicas, práticas de pesca tradicionais, movimentos e grupos sociais, existência de patrimônio cultural e arquitetônico: Sambaqui (vestígios índios), antigos ranchos de pescadores (de madeira e de pedras)
Fóruns de discussão e instancias de governança local	Existência de reserva biológica marinha do Arvoredo (unidade de conservação mais restritiva Criação da APA Costa Brava Planos diretores participativos Agenda 21 , ONGs Participação das universidades e de ONGs Locais nos projetos de desenvolvimento e de pesquisa, presença de casas familiares rurais e demais formas de ensino supletivo	Parque Estadual da Serra do Tabuleiro Aérea de preservação permanente para a baleia franca Vários associações de pescadores, de moradores e Agenda 21. Resex : preservação das lagunas Participação da UFSC em projeto de pesquisa desenvolvimento. Participação das comunidades na elaboração dos planos diretores
Dinâmicas contraditórias	Industrias portuárias Pesca industrial Turismo de massa	Pesca Industrial (peixes e camarões) Turismo (resorts, turismo de massa)

Fonte: Relatório 1

As informações relativas a este levantamento preliminar das dinâmicas territoriais da zona costeira catarinense, já foram descritas no primeiro relatório deste projeto (encaminhado em março de 2009), por isso não serão repetidas neste documento.

Através da parceria entre EPAGRI e RIMISP (Centro Latino Americano para El Desarrolo Rural) o aprofundamento das dinâmicas territoriais das duas áreas piloto (LCN e LCS) foi reforçado com o projeto de pesquisa "Desenvolvimento territorial sustentável da zona costeira do estado de Santa Catarina – Brasil: definição de estratégias integradas e baseadas na valorização da identidade cultural das comunidades pesqueiras tradicionais".

O projeto de pesquisa teve como objetivo principal a compreensão sistêmica das condições que tornam possível a formação e a consolidação de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável em áreas específicas da zona costeira catarinense, tendo a pesca artesanal e o resgate do patrimônio histórico cultural das comunidades pesqueiras tradicionais como indutores da construção de sistemas produtivos locais integrados. Dentre os objetivos específicos o projeto de pesquisa se propôs a:

- ✓ caracterizar as dinâmicas territoriais em relação com a identidade cultural a zona costeira do estado de SC, com base na análise de sua trajetória de desenvolvimento;
- ✓ identificar, num primeiro momento, em duas áreas prioritárias, os recursos territoriais (ativos materiais e imateriais) e os arranjos produtivos locais compatíveis com processos de DTR-IC (Desenvolvimento Territorial Rural com Identidade Cultural);
- ✓ identificar e caracterizar os atores relevantes (governo, empresas, terceiro setor) para a dinâmica de DTR-IC enfatizando as necessidades e aspirações dos diferentes grupos de atores;
- ✓ avaliar os efeitos das dinâmicas territoriais nas IC para sugestões visando o fortalecimento das capacidades locais tendo em vista a formulação de projetos, programas e políticas públicas de DTR-IC.

A apresentação deste estudo, que contempla, entre outros, a descrição das dinâmicas socioeconômicas, sociopolíticas, socioculturais e socioambientais da zona costeira

catarinense, atendendo aos objetivos da meta 1, encontra-se no documento intitulado "Desenvolvimento territorial sustentável na zona costeira do Estado de Santa Catarina – Brasil" (Anexo 2).

2.2 Meta 2. Identificação de embriões de DTS

Os embriões de DTS foram identificados durante o trabalho de pesquisa desenvolvido pela EPAGRI, RIMISP e Universidade Federal de Santa Catarina, em conjunto com os demais parceiros do projeto DTS. No primeiro momento, um levantamento foi realizado das principais iniciativas, articulações institucionais e identidades culturais, no sentido de identificar os embriões de DTS de cada território piloto. A partir do envolvimento do RIMISP no projeto DTS Zona Costeira, a identidade cultural passou a integrar o estudo e as ações enquanto fator de diferenciação territorial nos processos de desenvolvimento.

Os principais resultados deste trabalho de pesquisa estão descritos de forma sucinta abaixo e foram extraídos do documento "Valorização dos ativos culturais e naturais das comunidades rurais e desenvolvimento territorial sustentável da zona costeira do Estado de Santa Catarina/Brasil", de 2011 (anexo 3).

1) Litoral Centro Norte

O território do litoral centro-norte apresenta uma diversidade de iniciativas em curso, dentre as quais, pode-se destacar envolvimento de órgãos federais como o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), MPA (Ministério da Pesca e Aquicultura) e EPAGRI, das Prefeituras municipais, das ONGs, das universidades da região, da rede pública e privada de ensino, das comunidades locais e da sua representação. De modo geral, estas iniciativas apresentam um forte componente de endogeneidade, ao serem deflagradas e mantidas pelas próprias comunidades em parceria com diversas instituições governamentais e não governamentais.

Existe também uma gama bastante diversificada de associações e organizações cujo raio de atuação varia da escala do litoral centro-norte como um todo ao nível de um dado município. As principais ONGs presentes no território são organizações ambientalistas, promovendo a educação ambiental e também modelos integrados e participativos de gestão dos recursos naturais, entretanto, as ONGs e as associações de cunho cultural são ainda embrionárias. No quadro 2 estão resumidas as principais iniciativas identificadas no litoral centro norte.

Quadro 2. Principais iniciativas para compor o embrião de DTS do litoral centro norte

Iniciativas	Características
Instituto Boi Mamão no município de Bombinhas	Iniciativa comunitária que visa a valorização da cultura de base açoriana em termos de arquitetura, gastronomia, literatura popular, dança, música, crenças e artesanato. Em parceria com IPHAN/MinC criou o museu "Engenho do Sertão", um atrativo turístico-cultural e local para realização de palestras e oficinas. Um dos focos do Instituto é a capacitação de jovens (10 a 16 anos)e crianças através do projeto Alecrim Dourado. Outras atuações: escola da terra (educação ambiental e patrimonial); Núcleo Agrícola de Produção Orgânica (produção de mudas de hortaliças e plantas nativas); Núcleo de Ação e Criação Artesanal
Grupos folclóricos	Preservação do patrimônio material e imaterial, geração de emprego e renda. Folclores mais importantes no território: Boi de Mamão, Terno de Reis
Projeto Arteiro	Iniciativa da Fundação Municipal de Cultura que trabalha com crianças, jovens e adultos do município fomentando a cultura popular por meio de oficinas de arte, integrando a pesca, o artesanato, a literatura popular, a agricultura familiar e o folclore
Corrida de canoas de um pau só - Bombinhas	Festa que reforça a importância da singularidade do patrimônio náutico de base açoriana. A organização do evento é feita pela Associação de Pescadores de Tainha, em Bombinhas.
Plantas bioativas	Experiência desenvolvida na comunidade quilombola do Sertão do Valongo, em Porto Belo. Além de estimular um processo produtivo rentável para a comunidade, a iniciativa permite que sejam resgatados os saberes tradicionais desses povos.
Casa do produtor de Itapema	Se configura como uma experiência coletiva de fortalecimento da agricultura familiar, através da valorização e comercialização da produção local. Estimula a realização da Feira Livre promovendo os circuitos curtos de comercialização.
Grupo de artesão/artistas	Clube de Mães Mulheres Pesqueiras – Itapema: tear Grupo de mulheres da Barra – Balneário Camboriú: conchas, escamas de peixe, fibras e folhas de bananeiras Grupo de artesanato Morro do Boi – Itapema e Balneário Camboriú: bonecas *abayomi*

Fonte: Valorização dos ativos culturais e naturais das comunidades rurais e desenvolvimento territorial sustentável da zona costeira do Estado de Santa Catarina/Brasil (Anexo 3)

2) Litoral Centro Sul

No rol das inovações sociotécnicas consideradas relevantes no litoral centro sul, que tenham perfil endógeno e também sejam compatíveis com o enfoque territorial de desenvolvimento, foram identificadas: i) uma rede embrionária de produção agroecológica envolvendo a agrossilvicultura, a pecuária de leite, a piscicultura de água doce e experimentos de bio-industrialização descentralizada; ii) o artesanato (com e sem identidade cultural); iii) as iniciativas voltadas para a promoção do turismo educativo de base

comunitária. Constatou-se também a presença significativa de projetos de extensão acadêmica e de ONGs alimentando estas dinâmicas.

Destaca-se também no litoral centro sul diversas iniciativas de organização comunitária alimentadas pela presença de equipes de pesquisa acadêmica voltada para a gestão integrada e participativa de recursos de uso comuns, dentre as quais, o Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera, o Conselho Gestor da APA da Baleia Franca, a Associação de Pescadores de Ibiraquera, além da criação de duas reservas extrativistas. As iniciativas relevantes para compor o embrião de DTS neste território, encontram-se descritas no quadro 3.

Quadro 3. Principais iniciativas para compor o embrião de DTS do litoral centro sul

Iniciativas	Características
Centro Comunitário de Ibiraquera	Espaço comunitário para encontros, reuniões, oficinas tornando-se o espaço para mobilização de pescadores-agricultores, além da produção e comercialização dos artesanatos.
Mercado do Produtor de Garopaba	Espaço de escoamento da produção agroecológica local da agricultura familiar
Experiências de dinamização agroecológica	O município de Paulo Lopes emerge como foco irradiador de experiências coletivas em rede de dinamização agroecológica, por meio da expansão do Sitio Dom Natural. A presença de organizações não governamentais com perfil desenvolvimentista, a exemplo da Associação de Apicultores e Agroecologistas do Vale do rio D'Una (APIVALE), do Instituto Harmonia na Terra, e do Núcleo Transdisciplinar de Meio Ambiente da UFSC (NMD), que tem contribuído para o fortalecimento progressivo dessas iniciativas
Engenhos de Farinha	Alguns engenhos de farinha de mandioca da região, vem se adequando as normas da vigilância sanitária, mantendo o saber tradicional açoriano e a base familiar da produção. A parceria destes agricultores com a Epagri culminou na organização de uma cooperativa – a Cooperlagos – que vêm apoiando a cadeia produtiva da mandioca, assim como, a comercialização de outros produtos. Além da comercialização, outra possibilidade vislumbrada é a adequação dos engenhos para visitação, integrando-os a estratégias de turismo comunitário.
Grupo de promoção de farinha de mandioca e berbigão através do movimento Slow Food	O grupo adepto do movimento Slow Food (associação internacional que busca preservar as gastronomias regionais, bom como as plantas, as sementes, os animais domésticos e as técnicas agrícolas e culturais ligadas a elas), tem praticas associadas à cultura açoriana, incentivando a produção de farinha, a colheita de berbigão, organizando momentos de encontros com consumidores urbanos, e o reconhecimento da farinha de mandioca e do berbigão como produtos do patrimônio cultural brasileiro

Fonte: Valorização dos ativos culturais e naturais das comunidades rurais e desenvolvimento territorial sustentável da zona costeira do Estado de Santa Catarina/Brasil (Anexo 3)

2.3 Meta 3. Apresentação e discussão da proposta

Conforme já apresentado no relatório 1 do Projeto DTS Zona Costeira Catarinense, as apresentações formais do projeto foram realizadas para atores territoriais relevantes e possíveis instituições parceiras nas duas áreas piloto.

A primeira apresentação oficial ocorreu no dia 18 de outubro de 2008, no âmbito de uma reunião plenária do *Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera* (situada nos municípios de Imbituba e Garopaba). O evento contou com a participação especial do Drº. Murilo Xavier Flores, então presidente da Epagri.

Foto 1. Apresentação do Projeto no Fórum da Agenda 21

As demais apresentações foram efetivadas nos dias 28 de outubro, 9 e 11 de dezembro, junto às gerências e escritórios regionais da Epagri localizados nas duas áreas de abrangência, com a intenção de divulgar o projeto e esclarecer dúvidas eventuais sobre o seu conteúdo e sobre as modalidades de execução previstas (Fotos 2 e 3). Levando-se em conta a necessidade de identificar outros projetos correlatos previstos ou em execução nas áreas selecionadas, buscou-se iniciar entendimentos visando envolver os técnicos no trabalho de coleta de dados primários previsto para 2009.

Foto 2. Escritório da EPAGRI de Bombinhas 28/10/2008

Foto 3. Gerência Regional de Itajaí 11/11/2008

Em 14 de janeiro de 2009 foi realizada uma apresentação do projeto DTS Zona Costeira através de oficina com professores da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). A apresentação teve como objetivo articular de forma cooperativa a proposta do projeto ao esforço de pesquisa participativa desenvolvida em diversos municípios do litoral centro-norte. Neste momento, foram definidos os termos de referência para a formação de uma parceria com o projeto de *Monitoramento Participativo da Pesca Artesanal em Santa Catarina*, o qual visava *"desenvolver um programa de monitoramento participativo da pesca artesanal marinha em Santa Catarina, a partir de uma proposta piloto desenvolvida numa parceria entre a Empresa Catarinense de Pesquisa e Extensão Agrícola – EPAGRI, a Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, Federação de Pescadores de Santa Catarina e a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca - SEAP/PR"* (Fotos 4 e 5).

Foto 4

Foto 5

O projeto DTS Zona Costeira foi apresentado também junto ao Conselho Gestor da *Área de Preservação Ambiental da Baleia Franca*, que engloba a maior parte do território costeiro centro-sul assumido como objeto de pesquisa, os principais encontros ocorreram nos dias 22 e 24 de outubro, 5 de dezembro de 2008 e 14 de janeiro de 2009. É importante ressaltar que os membros da equipe técnica acompanharam e participaram das reuniões do Conselho Gestor desta Unidade de Conservação (CONAPA) desde o início da fase de implementação do projeto. A articulação do projeto com o CONAPA se deu pelas excelentes possibilidades de atuação conjunta na realização das ações. Desta forma, houve um acompanhamento constante da equipe da EPAGRI e parceiros do projeto nas reuniões das Câmaras Técnicas de pesca e turismo do CONAPA.

Foto 6. Reunião CONAPA

Finalmente, destaca-se a participação da equipe no dia 13 de dezembro de 2008 no encontro promovido no município de Tubarão sobre a temática dos "Territórios Rurais", organizado por uma rede de atores regionais e locais interessados em discutir a construção de um território denominado "Serra-Mar". O objetivo deste evento foi compartilhar a relevância do enfoque territorial que vem sendo estimulado nos últimos tempos pelos governos federal e estadual.

É importante destacar que a atividade de apresentação e discussão do projeto com a sociedade e atores territoriais é uma ação contínua, a qual continua acontecendo na medida em que outras instituições e municípios se interessam, diferentes gestores assumem cargos diretivos e novas oportunidades de interação e parcerias surgem.

2.4 Meta 4. Parcerias inter-institucionais

As relações institucionais estiveram presentes no Projeto DTS Zona Costeira desde sua concepção. A iniciativa da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) contou desde o início com a parceria do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), do Centro Latino Americano para o Desenvolvimento Rural (RIMISP), do Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica e Desenvolvimento (CIRAD) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

No desenvolvimento das ações do projeto outras parcerias foram se consolidando, tais como, com as Prefeituras Municipais, escritórios regionais da EPAGRI, Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), entidades comunitárias de pescadores artesanais, agricultores familiares, empreendedores do turismo de base comunitária e de entidades que organizam atividades culturais dos territórios-piloto LCN e LCS, como as Fundações Municipais de Cultura, instituições religiosas ou organizações do terceiro-setor.

Cabe ressaltar que as parcerias inter e intra-institucionais foram de fundamental importância para o amadurecimento metodológico e realização das ações territoriais colocadas em curso pelo Projeto DTS Zona Costeira. Um exemplo foi a constatação de que as identidades culturais, embora presentes e persistentes nos dois territórios piloto, não estão vinculadas as dinâmicas de desenvolvimento predominantes, que acabam também desconsiderando os recursos naturais que possuem.

Partindo de tais constatações, a necessidade de promover e construir “pontes” e estratégias de interação social e institucional ficou evidente, demandando ênfase na articulação de alternativas culturais, econômicas e geográficas para superar os efeitos negativos dos processos econômicos de maior destaque em ambos os territórios.

A partir daí é que a tese do “Desenvolvimento Territorial Rural com Identidade Cultural” (DTR IC), proposta pelo RIMISP, assumiu a forma do “Desenvolvimento Territorial Sustentável com Identidade Cultural” (DTS IC) na zona costeira catarinense, onde o termo “sustentável” substituiu o “rural” sobretudo por 2 motivos: primeiro, porque nestes

territórios a sustentabilidade é um dos maiores desafios, e por isso deve ser enfatizada. Segundo, porque as questões relativas à "urbanidade" merecem tanta atenção quanto àquelas que dizem respeito à "ruralidade". Desta forma, se o projeto inicialmente não evocava a questão da identidade cultural, a mesma foi assimilada através do aprendizado realizado com as experiências testadas e relatadas por entidades de pesquisa estimuladas pelo RIMISP.

Cabe ainda salientar que o Projeto DTS IC, para obter os resultados a que se propôs, necessitou do envolvimento de vários integrantes e atores sociais dos setores produtivos focalizados no projeto, seja a pesca artesanal, a agricultura familiar, a produção artesanal e o turismo de base comunitária. Através destas relações se promoveu a formação e fortalecimento de fóruns interinstitucionais de diálogo intersetorial, visando consolidar uma democrática "governança territorial".

O resultado deste processo construído através das parcerias inter e intra-institucionais foi a realização de um processo de capacitação continuada que culminou com a realização de cursos e eventos os quais proporcionaram importantes fóruns de discussão, como os dois Laboratórios Territoriais e o Fórum Intercontinental, entremeados por várias oficinas e reuniões descritas no próximo item deste relatório.

Ainda como resultados deste processo, podemos elencar a elaboração de planos de ação e a implantação dos Comitês Territoriais provisórios. Os planos iniciais foram definidos em 2009 e ao longo do processo incluíram o planejamento e elaboração de cartas de identidades culturais, a organização e realização de roteiros territoriais de base cultural e comunitária nas duas áreas de atuação do projeto, assim como, a elaboração de marcas territoriais, ações estas que são detalhadas na seqüência.

Inicialmente, em 2009 os comitês territoriais provisórios do LCN e LCS foram formados informalmente com as entidades participantes do processo, conforme o quadro 5, e o comitê de coordenação geral foi constituído pela Epagri, UFSC e CIRAD. Mais recentemente estes comitês se formalizaram através da criação da Associação de Desenvolvimento Territorial Costa Catarina – ADTC (no LCS) e, no Litoral Centro Norte, o

encaminhamento para a constituição da Associação de Desenvolvimento Territorial Caminhos Verde Mar, a qual atualmente está em processo de consolidação através da definição do seu estatuto e regimento interno. O comitê de coordenação geral é formado atualmente pela Epagri, Udesc e AMA.

Quadro 4. Constituição dos Pré-comitês

2.5 Meta 5. Capacitação contínua

Um dos objetivos do projeto DTS Zona Costeira foi a implementação de um programa de capacitação contínua no manejo do enfoque de DTS para técnicos da EPAGRI e das demais instituições parceiras, além de lideranças locais, pescadores artesanais, produtores agroecológicos, maricultores familiares, artesãos e agentes de turismo comunitário envolvidos em cada área de intervenção.

Cabe destacar que a própria metodologia adotada pelo projeto, pautada em ações participativas. pode ser consideradas como parte da capacitação. Entretanto, neste subitem serão abordados apenas os principais cursos, palestras, oficinas de formação e reuniões.

Conforme já apresentado no Relatório 1 deste projeto, o processo de capacitação foi uma constante desde o inicio. Entre as Oficinas, cursos, palestras e encontros já apresentados no primeiro relatório constam:

- ✓ 16/10/2008: XX Encontro das Mulheres Agricultoras e Pescadoras, realizado pela EPAGRI e UNIVALI
- ✓ Fórum da Agenda 21 de Ibiraquera
- ✓ 06 e 07/11//2008: Primeiro Seminário Internacional de Indicações Geográficas no Brasil
- ✓ 19/02/2009: curso intitulado “Encontro de DTS com os Articuladores e Gestores da Epagri” cujo objetivo foi amadurecer, junto aos técnicos regionais da Epagri diretamente envolvidos no projeto, um programa regular de debates sobre o tema desenvolvimento territorial sustentável.

No presente documento serão relatados sucintamente os demais momentos de capacitação realizados no âmbito do projeto. O primeiro deles foi o processo de preparação do Primeiro Laboratório Territorial Sustentável (LABTER 1) realizado entre 3 e 5 de novembro de 2009. Estre curso de 3 dias, além das características normais presentes em um evento de formação (aulas, palestras, painéis, visitas a campo) assumiu a metodologia de

laboratório para proporcionar espaços de diálogo, troca de saberes e interações entre experiências e atores territoriais das duas regiões piloto.

Várias oficinas preparatórias foram realizadas com o objetivo de discutir a proposta do DTS a partir dos setores da pesca artesanal, da agricultura familiar, do turismo de base comunitária e das atividades culturais, como a produção de artes e artesanatos populares, conforme será apresentado a seguir:

2.5.1 1º LABTER (Nacional)

Este LABTER foi o segundo curso de formação do projeto DTS Zona Costeira (o primeiro ocorreu em fevereiro de 2009, conforme detalhado no primeiro relatório), como resultado de um acordo de cooperação entre o RIMISP e EPAGRI, e teve como objetivo apresentar conceitos, metodologias e reforçar as atividades que já estavam sendo desenvolvidas através do projeto para promover ações catalisadoras de processos de desenvolvimento territorial com identidades culturais, capazes de internalizar a dimensão socioambiental das duas áreas de abrangência do projeto.

Dentre as principais ações propostas pelo projeto para atingir tais objetivos, foram realizadas: i) um encontro preparatório para cada um dos quatro setores produtivos (pesca, agricultura, turismo e atividades artesanais) para cada território; ii) a apresentação do diagnóstico sobre inovações sociotécnicas relacionadas a agroecologia, pesca artesanal, turismo de base comunitária atividades artesanais, a fim de facilitar o diálogo entre atores; iii) a elaboração de planos de ação orientados para a promoção de SPLs e cestas de bens e serviços territoriais; iv) o estimulo a formação de comitês interinstitucionais para a fase de aplicação dos planos de ação; v) a proporcionar informações para elaboração de mapas temáticos dos produtos e serviços com identidade cultural.

Os encontros de planejamento (foto 7) foram importantes momentos de capacitação onde fizeram parte os técnicos da EPAGRI, os integrantes da APA da Baleia Franca, da AMA (Associação Amigos do Meio Ambiente), da Fundação Gaia Village e da Acolhida na Colônia. Tiveram como objetivo nivelar os objetivos e metas do projeto, mas também conceitos

importantes como *desenvolvimento*, *território* e *identidade cultural; além de* definir o fio condutor metodológico para a realização das etapas posteriores.

Foto 7: Encontro de planejamento

As oficinas preparatórias foram divididas por setores, conforme tabela abaixo, e tiveram como objetivos a mobilização, sensibilização e capacitação em DTS de pescadores artesanais, maricultores, produtores agroecológicos familiares e agentes de turismo comunitário. Uma oficina para cada setor foi realizada nas duas áreas de abrangência do projeto (litoral centro norte e centro sul).

Tabela 1. Cronograma de oficinas

Oficina	LCS		LCN	
	Local	Data	Local	Data
Turismo	Imbituba	26 e 27/09/2009	Balneário Camboriú	29/10/2009
Pesca	Imbituba	18 e 19/09/2009	Bombinhas	22/10/2009
Agricultura	Imbituba	23/09/2009	Itapema	23/09/2009
Atividades não agrícolas	Imbituba	24/09/2009	Porto Belo	29/09/2009

A realização das oficinas permitiu fazer um diagnóstico participativo das principais identidades dos dois territórios (LCS e LCN), relativas as quatro áreas de interesse (pesca, turismo, agricultura e artesanato). A partir deste material, e baseado na metodologia definida nos encontros de planejamento, foi organizada a realização do LABTER.

O LABTER foi realizado no município de Garopaba, e teve duração de 3 dias (3, 4 e 5 de dezembro de 2009). O evento contou com a participação de técnicos da Epagri, entidades parceiras do projeto, representantes do Poder Público, da Sociedade Civil Organizada e das comunidades das duas áreas de abrangência do projeto, pré-selecionados nas oficinas preparatórias, de forma a garantir uma participação qualificada e dar continuidade ao processo de capacitação.

Este evento teve como objetivo promover a reflexão entre os participantes sobre as possibilidades de valorização de um território comum e integrado, moldado a partir das identidades culturais específicas de cada região. Para atingir tal objetivo o trabalho foi dividido em dois momentos: o primeiro de nivelamento conceitual e apresentação de resultados obtidos nas Oficinas Preparatórias e no Diagnóstico de Pesquisa; e a construção dos territórios, tendo como produto principal a elaboração de Planos de Ação e formação de dois Comitês Territoriais.

O nivelamento conceitual foi feito através de palestras e debates sobre os temas: territórios, recursos territoriais, identidades territoriais e dinâmicas territoriais, através da apresentação de experiências de sucesso na Europa e América Latina, com a intenção de despertar nos participantes as possibilidades de desenvolvimento baseado nas identidades culturais.

Na seqüência, foram apresentados os resultados das oficinas preparatórias e os resultados parciais do trabalho de pesquisa documental, parte integrante do projeto DTS Zona Costeira Catarinense. Este momento promoveu um aprofundamento dos temas trabalhados no nivelamento, a validação dos dados levantados nas oficinas e pesquisa documental e preparação para os trabalhos posteriores (fotos 8 e 9).

Fotos 8 e 9: Nivelamento conceitual, apresentação de resultados das oficinas e pesquisa documental

Após a apresentação dos resultados, foi utilizada a metodologia "roda de diálogo" envolvendo separadamente atores do LCS e do LCN. O objetivo destas rodas de diálogo foi fazer uma reflexão a partir do território como um todo, a partir da participação de representantes dos diferentes setores (turismo, pesca, agricultura familiar e atividades culturais). Os resultados obtidos da reflexão acerca dos elementos de identidade territorial, apontados pelos participantes, foram colados em painel por meio de tarjetas. O painel com os resultados serviu de subsídio para a construção espacial do território a partir dos mapas territoriais, facilitado pela ferramenta de Diagrama de Venn.

O Diagrama de Venn segundo Drumond (2002), além de aguçar a percepção da comunidade com relação às instituições atuantes, também promove - através das discussões que permeiam sua construção - a averiguação das possibilidades de atuação de cada uma delas nos processos de cooperação. Nesta atividade, os dois grupos construíram os territórios a partir do material produzido na Roda de Diálogos. Durante a construção, foram convidados a refletir sobre a criação de possíveis relações institucionais entre as iniciativas já existentes – bem como em potencial – dos quatro setores, com o intuito de configurar um esboço de "território com identidade cultural". As instituições foram dispostas neste mapa territorial, de maneira a representar sua maior ou menor ligação com este território.

Fotos 10 e 11: Resultado das rodas de diálogo e do diagrama de Venn

A metodologia do LABTER previu uma saída de campo, onde os participantes tiveram a oportunidade de visitar iniciativas e experiências com identidade cultural do território sul, identificadas no diagnóstico participativo. O primeiro roteiro incluiu visita ao Mercado do Produtor de Garopaba, ao Restaurante Embarcação, ao Galpão de Pescador e ao Engenho de Farinha. O segundo roteiro também incluiu Engenho de Farinha, Centro Comunitário de Ibiraquera, Loja de Artesanato Local, Rancho de Pesca Tradicional.

Fotos 12, 13, 14 e 15: Locais de visitação dos roteiros

A partir das informações resultantes do diagnóstico e da pesquisa, e das reflexões que se deram durante o LABTER, foram construídos dois planos de ação, um para cada território. Estes planos de ação foram guiados pela reflexão e construção dos objetivos dos territórios, a partir do qual ações necessárias foram levantadas para alcançar o objetivo estabelecido de desenvolvimento territorial com identidade cultural, através de metas de curto, médio e longo prazo.

Para finalizar o trabalho, dois Pré Comitês Territoriais foram eleitos, um para cada território. O objetivo destes comitês territoriais foi promover a coordenação do projeto em cada área de abrangência, através de um "olhar territorial", executando e propondo ações para cada um deles, e atraindo mais instituições públicas, organizações privadas e entidades comunitárias para auxiliar e participar do processo de construção do desenvolvimento sustentável.

Os detalhes sobre a metodologia, as atividades desenvolvidas, os materiais utilizados e os resultados do "Primeiro LABTER" podem ser consultados no documento "Relatório LABTER" (Anexo 4).

2.5.2 2º LABTER (Internacional)

O terceiro curso também seguiu a metodologia de LABTER. Foi realizado entre 21 e 23 de novembro de 2010, no município de Bombinhas, Litoral Centro Norte e teve como diferencial sua amplitude internacional. O tema central do evento foi "Territórios em construção: gestão territorial, estratégias e políticas de DTS-IC", e contou com a presença de setenta e cinco participantes, entre lideranças da pesca artesanal, da agricultura familiar, de entidades e indivíduos ligados às atividades artísticas e culturais, além do setor turístico de base comunitária, representantes das comunidades locais, das prefeituras municipais e de várias instituições nacionais e internacionais.

Com uma programação de três dias, o evento incluiu atividades como mesa redonda sobre o tema "negociação, conflitos e avanços de processos de governança territorial", apresentações de experiências do Brasil, Chile, Peru, Argentina e Bolívia sobre estratégias de

ação para a gestão territorial, seguidas de debates. Visitas nas localidades indicadas na primeira Carta (ou mapa) de Identidades Territoriais, organizadas como "embriões" de roteiros turísticos de base cultural e comunitária, também fizeram parte da programação.

O evento finalizou com reflexões em grupos, incluindo lideranças, pesquisadores, extensionistas de diferentes entidades, oriundas de diversas regiões e países sobre aprendizados, avanços, desafios e perspectivas para promoção do DTS-IC em Santa Catarina, culminando numa síntese dos resultados e os respectivos encaminhamentos. As reflexões realizadas durante o evento através de trabalhos de grupo culminou numa lista de recomendações, sendo elas: a) reforçar os processos de interação local; b) avançar nas investigações (pesquisa-ação, diagnósticos e pesquisas participativas); c) desenvolver capacidades (aprendizagem com base no saber local e na construção social do conhecimento); d) dinamizar as ações territoriais (elaboração de planos de negócios apoiados institucionalmente, metodologicamente e financeiramente através de projetos de resposta técnica); e) estimular novas parcerias com as iniciativas já existentes nos territórios.

Através das visitas promovidas durante o evento e dos trabalhos foi possível constatar que Santa Catarina possui um potencial para o empreendimento de experiências de DTS, como ocorre em localidades da França, Itália, Espanha, Portugal, Chile, Peru, Argentina, Bolívia apenas para exemplificar os casos apresentados.

Os resultados exitosos deste LABTER foram fundamentais para a escolha do território norte (LCN), como sede do quqrto curso, denominado "Encontro Intercontinental de Desenvolvimento Territorial Sustentável", realizado em novembro de 2011, que será descrito na seqüência.

Outras sugestões incluem a realização da Rota de Aprendizagem Transcontinental "Tramo Latino", que circulará pelo Peru e Chile (organizada por DTR-IC / RIMISP, PROCASUR e outros parceiros), um Laboratório com ênfase no enfoque empresarial de desenvolvimento territorial sustentável na Itália (organizado por INEA e parceiros), laboratórios territoriais e oficinas metodológicas entre os países envolvidos na rede inter-territorial DTR-IC (sobretudo do Peru, Chile e Brasil) e uma Plataforma na internet para

promover a interação e troca de experiências entre os atores sociais e as entidades envolvidas com projetos e iniciativas de valorização das diversidades bioculturais e Desenvolvimento Territorial Sustentável na América Latina, Europa e Norte da África. A seguir algumas fotos do curso “LABTER 2”.

Fotos 16, 17, 18 e 19. Momentos do LABTER 2.

O evento gerou várias reportagens e matérias, das quais destacamos a reportagem “Tradições de Futuro” publicada na Revista Agropecuária Catarinense, em março de 2011 (Anexo 5) e os materiais acessados nos links abaixo:

- Folder (díptico) do Rimisp entitulado “Diversidad Cultural y Natural”: http://www.rimisp.org/proyectos/nuevas_subsecciones.php?id_proyecto=188&id_subseccion=276

- Dossier LABTER Santa Catarina: http://www.rimisp.org/proyectos/seccion_adicional.php?id_proyecto=188&id_sub=598
- Vídeo sobre LABTER Santa Catarina: http://www.rimisp.org/proyectos/nuevas_subsecciones.php?id_proyecto=188&id_subseccion=292

2.5.3 Fórum Intercontinental de Desenvolvimento Territorial Sustentável com Identidade Cultural: Atores e Processos para Fortalecer e Ampliar as Experiências Locais

Realizado no município de Balneário Camboriú, entre 21 e 24 de novembro de 2011, este quarto curso foi um evento internacional que reuniu participantes de 13 países da América Latina, Europa e África, assim como de vários estados brasileiros. O objetivo do fórum foi mostrar e debater como a abordagem de Desenvolvimento Territorial Sustentável com Identidade Cultural (DTS-IC) pode estimular alternativas inovadoras de desenvolvimento, envolvendo comunidades tradicionais. Com relação as experiências brasileiras, especificamente os potenciais embriões desenvolvidos pelo projeto DTS (IC) da Zona Costeira Catarinense, foram organizados cinco roteiros territoriais, apresentados aos participantes, evidenciando os talentos, experiências e oportunidades de desenvolvimento territorial através da valorização da diversidade étnica, ambiental e sociocultural. A avaliação foi bastante positiva e revelou a necessidade de desenvolver ações para potencializar as identidades culturais, afim de promover, a partir delas, oportunidades de trabalho, emprego e geração de renda.

Como encaminhamento deste Fórum cabe destacar o lançamento da primeira “Carta das Identidades Culturais” do Litoral Centro-Norte e Centro-Sul. Também como resultado foi firmado o primeiro convênio com a Cooperativa de Crédito Solidário (Cresol) para operar no litoral centro sul, com o objetivo de atender uma demanda importante daquele território, de fornecer crédito aos pescadores artesanais e agricultores familiares. Outras informações sobre o evento podem ser encontradas no link: http://www.foro-santacatarina2011.org ou no artigo “Oportunidades e perspectivas do Desenvolvimento Territorial Sustentável com

Identidade Cultural (DTS-IC) em Santa Catarina, publicada na Revista Agropecuária Catarinense em março de 2012 (Anexo 6). Na sequência a programação e imagens do Fórum Intercontinental.

ENCONTRO INTERCONTINENTAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL
ATORES E PROCESSOS INOVADORES PARA AMPLIAR E FORTALECER AS EXPERIÊNCIAS LOCAIS

APRESENTAÇÃO

As experiências de desenvolvimento local sustentável têm sido difundidas nas últimas décadas tanto na Europa quanto na América Latina. A anterior Conferência "O enfoque territorial nas políticas agrícolas e rurais: Um Intercambio Internacional" (Roma, novembro de 2010), evidenciou a emergência de novas idéias com relação a políticas direcionadas a diversidades territoriais e às demandas específicas da população rural em suas diversas expressões: mulheres, jovens, povos indígenas e afro-descendentes, agricultores familiares, produtores rurais, pescadores artesanais, artesões, empresários de pequeno porte, entre outros.

Esta Conferência representou um marco inicial para uma co-operação mais forte entre Países Europeus e Latino Americanos, no âmbito do desenvolvimento territorial. Um ano depois, este Encontro, organizado na Zona Costeira do Estado de Santa Catarina (Brasil), representa um novo passo neste sentido.

Em primeiro lugar, objetiva facilitar a troca de experiências entre atores, organizações e empreendimentos que operam a nível territorial, juntamente com instituições públicas e privadas, agências e programas de desenvolvimento local, universidades e centros de pesquisa, entre outros. Uma das inovações do Encontro está na decisão de não se limitar a reunir especialistas apresentando palestras e experiências a um grupo de espectadores geralmente "passivos", mas exercitar o diálogo horizontal e aprendizado coletivo a partir do que emerge e se mobiliza nos mesmos territórios.

Em segundo lugar, o Encontro pretende contribuir para fortalecer as relações entre as redes de atores da América Latina e da Europa envolvidas na área do desenvolvimento local sustentável, através de uma plataforma comum de futuras trocas de experiências, co-operação de atividades e projetos específicos. Neste aspecto, existe um forte potencial devido à existência de uma já consolidada rede de entidades, tanto na América Latina (Centro de Desenvolvimento Rural Latino Americano - RIMISP) quanto na Europa (Rede Rural Européia e Redes Nacionais, financiadas pela Comissão Européia e Estados Associados). Outro relevante potencial têm sido o forte apoio oferecido por inúmeras instituições brasileiras, em particular do Estado de Santa Catarina, através da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), e das Secretarias Estaduais de Agricultura e Desenvolvimento Rural, e de Turismo, Cultura e Esporte (SOL). A idéia central é ampliar e estabelecer conexões mais sólidas e continuadas, sobretudo entre os atores que promovem e gerem os processos de desenvolvimento territorial local.

Por tanto, o Encontro tem como principal objetivo proporcionar uma aprendizagem que permita visualizar, interpretar e projetar em escala, as experiências e lições provindas destes atores locais e seus aliados. Não se pretende permanecer em um nível micro de boas práticas isoladas, e sim discutir e encontrar formas concretas para a sua ampliação, fortalecimento e consolidação nos cenários territoriais, nacionais e internacionais, o que obviamente envolve políticas públicas e iniciativas privadas em diferentes níveis.

ENCONTRO INTERCONTINENTAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL
ATORES E PROCESSOS INOVADORES PARA AMPLIAR E FORTALECER AS EXPERIÊNCIAS LOCAIS

APRESENTAÇÃO

A questão central e norteadora do Encontro é:
"Quais são os processos e os fatores fundamentais para a ampliação do raio de ação das experiências de desenvolvimento territorial sustentável?"

Esta questão será trabalhada através de 3 eixos temáticos:
(1) Governança local e territorial;
(2) Valoração das identidades territoriais;
(3) Promoção e comercialização de produtos locais.

Em torno destes 3 eixos, se abordarão alguns aspectos mais específicos, tais como:

1. Governança local e territorial:
- Construção das alianças e coalizões público/privadas
- Relações entre os diferentes níveis de tomada de decisão
- Diálogo inter setorial e prioridade de agendas
- Facilitação e acompanhamento dos processos locais

2. Valoração da identidades territoriais:
- Expressões das identidades, ativos culturais e sua importância para o DTS
- Estratégias da valorização das diferenças bioculturais
- Relevância/efeitos destes processos nos territórios
- Políticas/Instrumentos necessários

3. Promoção e comercialização de produtos e serviços locais:
- Produtos e serviços típicos, marco normativo (rastreabilidade/ inovação/qualidade)
- Mercados locais e mercados globalizados
- Formalização de empreendimentos e mercados informais
- Protagonismo ("Agency") dos produtores locais, em particular os de pequena escala

Participarão cerca de 200 técnicos e lideranças de diversos países da Europa e América Latina, os quais debaterão sobre as experiências mais relevantes desenvolvidas nos seus respectivos territórios e contextos nacionais. Também serão realizadas visitas de campo em 5 regiões de Santa Catarina (denominados "roteiros" ou embriões de dinâmicas territoriais sustentáveis).

Será disponível tradução simultânea em 3 idiomas: Português, Espanhol e Inglês.

ENCONTRO INTERCONTINENTAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL
ATORES E PROCESSOS INOVADORES PARA AMPLIAR E FORTALECER AS EXPERIÊNCIAS LOCAIS

Segunda-feira 21 e Terça-feira 22 de Novembro

PROGRAMAÇÃO

Segunda-feira, 21 de Novembro
ABERTURA OFICIAL
17:00 - 18:00 Inscrições

18:00 Abertura do Encontro
- Falas de autoridades políticas, patrocinadores e apoiadores do Encontro
- Lançamento das Cartas de Identidades Culturais do Litoral Centro Norte (LCN) e Litoral Centro Sul (LCS) de Santa Catarina
- Divulgação de livros e materiais sobre a temática do evento
- Inauguração da "Feira dos Territórios"
- Apresentações culturais

Coquetel (a partir das 20 hs)

Terça-feira, 22 de Novembro
7:00 - 8:00 Inscrições

8:00 - 10:00 Plenária I
MESA DE ABERTURA (8:00-8:15)
- ***De Roma (2010) a Balneário Camboriú (2011): continuidade e perspectivas das relações Europa/América Latina,*** Franco Mantino - INEA, Italia
- ***A oportunidade e importância do DTS para o SC Rural,*** Ademir Gasparini - Secretaria Ejecutiva SC Rural, Brasil
- ***Apresentação da dinâmica do evento,*** Jorge Malburg - Epagri, Brasil

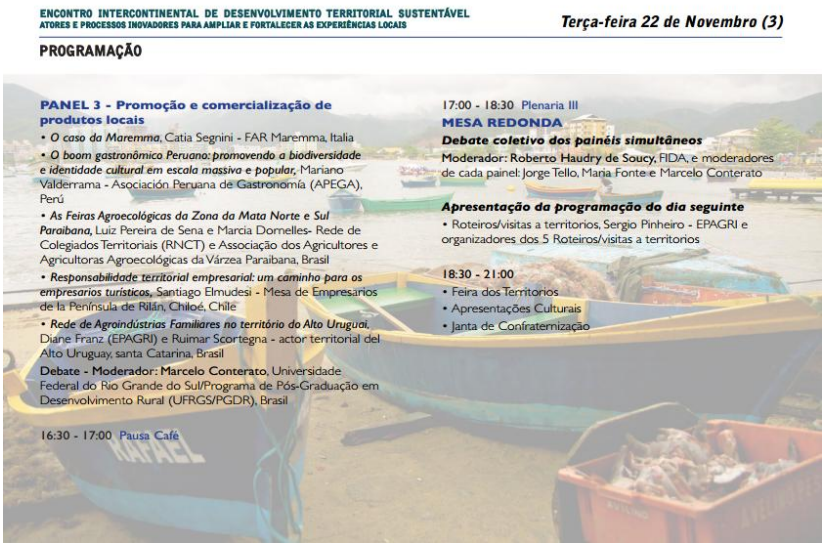
MESA REDONDA (8:15-10:00)
Visão e realidade do DTS: contextos, desafios atuais e políticas recentes
- ***Visão da Europa,*** Petri Rinne - European LEADER Association for Rural Development (ELARD), Finlandia
- ***Visão da América Latina,*** Claudia Ranaboldo - DTR-IC/Rimisp
- ***Visão do Brasil/Santa Catarina,*** Ademir Cazella - Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil

Debate - Moderadora: **Elena Saraceno,** ENRD Senior Expert, Itália

10:00 - 10:30 Pausa Café

10:30 - 12:30 Plenaria II
Experiências Territoriais: Aprendizagens das iniciativas de DTS e reflexões para fortalecimento e ampliação das experiências
- **Experiência européia:** ***O caso do Delta do Po,*** Angela Nazzaruolo - Grupo de Ação Local (GAL) Delta 2000, Itália
- **Experiencia latinoamericana:** ***Chiloé: Desde la agroecología al desarrollo territorial con identidad cultural,*** Carlos Venegas - Centro de Educação e Tecnologia (CET) Chiloé e Sistemas Ingeniosos de Patrimônio Agrícola Mundial (SIPAM), Chile
- **Experiência brasileira:** ***Governança colegiada para o fortalecimento do desenvolvimento territorial,*** Ubiramar Bispo de Souza - Rede Nacional de Colegiados Territoriais (RNCT)/Centro Agroecológico do Litoral Norte (CEALNOR), Brasil

Debate - Moderador: **Guillén Calvo,** Diversidade e Desenvolvimento, Marrocos


ENCONTRO INTERCONTINENTAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL
ATORES E PROCESSOS INOVADORES PARA AMPLIAR E FORTALECER AS EXPERIÊNCIAS LOCAIS
Terça-feira 22 de Novembro (3)
PROGRAMAÇÃO
PANEL 3 - Promoção e comercialização de produtos locais
• O caso da Maremma, Catia Segnini - FAR Maremma, Italia
• O boom gastronômico Peruano: promovendo a biodiversidade e identidade cultural em escala massiva e popular, Mariano Valderrama - Asociación Peruana de Gastronomía (APEGA), Perú
• As Feiras Agroecológicas da Zona da Mata Norte e Sul Paraibana, Luiz Pereira de Sena e Marcia Dornelles- Rede de Colegiados Territoriais (RNCT) e Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicas da Várzea Paraibana, Brasil
• Responsabilidade territorial empresarial: um caminho para os empresarios turísticos, Santiago Elmudesi - Mesa de Empresarios de la Península de Rilán, Chiloé, Chile
• Rede de Agroindústrias Familiares no território do Alto Uruguai, Diane Franz (EPAGRI) e Ruimar Scortegna - actor territorial del Alto Uruguay, santa Catarina, Brasil
Debate - Moderador: Marcelo Conterato, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (UFRGS/PGDR), Brasil
16:30 - 17:00 Pausa Café
17:00 - 18:30 Plenaria III
MESA REDONDA
Debate coletivo dos painéis simultâneos
Moderador: Roberto Haudry de Soucy, FIDA, e moderadores de cada painel: Jorge Tello, Maria Fonte e Marcelo Conterato
Apresentação da programação do dia seguinte
• Roteiros/visitas a territorios, Sergio Pinheiro - EPAGRI e organizadores dos 5 Roteiros/visitas a territorios
18:30 - 21:00
• Feira dos Territorios
• Apresentações Culturais
• Janta de Confraternização

ENCONTRO INTERCONTINENTAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL
ATORES E PROCESSOS INOVADORES PARA AMPLIAR E FORTALECER AS EXPERIÊNCIAS LOCAIS
Quarta-feira 23 de Novembro
PROGRAMAÇÃO
"ROTEIROS TERRITORIAIS" / VISITAS A TERRITORIOS
(INCLUEM ALMOÇO E JANTA)
5 Visitas/Roteiros aos territórios:
Roteiro Territorial n.1 do Litoral Centro Sul/LCS (Prefeituras de Paulo Lopes, Garopaba, Imbituba) - Organizado por o Comité Territorial DTS no LCS
Roteiro Territorial n.2 do Litoral Centro Norte (Prefeituras de Itapema, Porto Belo, Bombinhas) - Organizado por o Comité Territorial DTS no LCN
Roteiro Territorial n.3 do Baxo Valle de Itajaí (Prefeituras de Itajaí e Navegantes) - Organizado por o Comité Territorial DTS no LCN
Roteiro Territorial n.4 do Litoral Norte (Prefeituras de Barra do Sul e San Francisco do Sul) - Organizado por o Comité Territorial DTS no LCN e outros atores territoriais
Roteiro Territorial n.5 das Encostas da Serra (Prefeituras de Anitápolis e Santa Maria da Lima) - Organizado por Acolhida na Colônia, Agreco e Epagri
Cada "roteiro" terá um número limite de participantes, maximo 40 pessoas. Para facilitar a escolha, será disponibilizado pelas equipes organizadoras o perfil de cada território e uma breve descrição das experiências a serem visitadas em cada roteiro.
Cada "roteiro" será acompanhado por um Grupo de Trabalho (GT) de quatro pessoas (um estrangeiro e um brasileiro com experiência em DTS, um ator local e um representante/agente do setor de turismo ou de outro setor econômico expressivo da região). Após as visitas, estes quatro componentes promoverão o debate nas sessões simultâneas da manhã do dia 24; e apresentarão na plenária uma síntese com as principais sugestões/orientações como retroalimentação construtiva em relação aos territórios visitados. Estas propostas ajudarão a animar os processos de DTS nos territórios, a dinamizar e articular as ações com outros fóruns e comités territoriais.

ENCONTRO INTERCONTINENTAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL
ATORES E PROCESSOS INOVADORES PARA AMPLIAR E FORTALECER AS EXPERIÊNCIAS LOCAIS
Quinta-feira 24 de Novembro
PROGRAMAÇÃO
8:30 - 10:00 Cinco paineis simultâneos
Painel de aprendizajem 1: Experiências Territoriais do Litoral Centro Sul (Roteiro n.1)
Painel de aprendizajem 2: Experiências Territoriais do Litoral Centro Norte (Roteiro n.2)
Painel de aprendizajem 3: Experiências Territoriais do Baxo Valle de Itajaí (Roteiro n.3)
Painel de aprendizajem 4: Experiências Territoriais do Litoral Norte (Roteiro n.4)
Painel de aprendizajem 5: Experiências Territoriais das Encostas da Serra (Roteiro n.5)
Painel sobre Rota de Aprendizajem Intercontinental Apresentadora: Lia Poggio - Direção de Biodiversidade Slow Food para América Latina, Italia **
Moderadores: os respectivos Grupos de Trabalho do dia anterior
10:00 - 10:30 Pausa Café
** Rota de Aprendizagem Intercontinental "Tecendo laços entre territórios da América Latina e do Mediterrâneo para uma rede de iniciativas inovadoras de valorização da diversidade bioculturaf", realizada entre 26 de setembro e 7 de outubro nos territórios da Espanha, Marrocos e Itália. Vários participantes da Rota estarão também no Encontro Intercontinental no Brasil e será útil compartilhar suas aprendizagens pela sintonia entre as duas temáticas tratadas em ambas experiências.
10:30 - 12:30 Plenaria IV
Apresentação das discussões, conclusões e recomendações com os relatores de cada Painel
Debate - Moderadora: Claire Cerdan, CIRAD, Francia
Apresentação da "Declaração de Santa Catarina"
12:30 - 14:30 Almoço
14:30 - 17:00 Plenaria V
Mesa redonda (14:30-16:30)
Fortalecimento de redes e colaboração entre Europa e América Latina
Participaram representantes de: OCDE; Ministerio delle Politiche Agricole, Alimentari e Forestali Italia; Regione Toscana; Comunidade Andina (CAN); FIDA/IICA Brasil; Ministerio de Desenvolvimiento Agricola/Secretaría de Desarrollo Territorial, EPAGRI, SOL, SC Rural, Secretaría de Desenvolvimiento Sustentável SC,
Moderador: Franco Mantino, INEA, Itália
Síntese geral, conclusões e próximos passos
Claudia Ranaboldo DTR-IC/RIMISP, Bolivia
17:00 Encerramento do evento

Equipe organizadora: Sergio Pinheiro *pinheiro@epagri.sc.gov.br* Claudia Ranaboldo *cranaboldo@rimisp.org*
Jorge Malburg *malburg@epagri.sc.gov.br* Brasil Franco Mantino *mantino@inea.it*
Contactos: Carolina Porras *cporras@rimisp.org* América Latina - Annibale Ferrini *aferrini@rimisp.org* Europa

Durante o Fórum Intercontinental foram definidas propostas para fortalecer a relação entre América Latina e Europa, que culminou no documento "Carta de Santa Catarina". As propostas foram: a) que as instituições governamentais, universidades, institutos nacionais e internacionais de desenvolvimento, sociedade civil e iniciativa privada devem consolidar políticas e diretrizes voltadas para o DTS através de um processo de cooperação em rede; b) que são necessárias medidas de fomento às associações e iniciativas territoriais integradas; c) que é preciso maior estímulo à formação dos atores envolvidos nos processos de DTS - incluindo aí as lideranças territoriais, jovens e mulheres - e as instituições; d) que a busca de convergência aos espaços de diálogo intersetoriais e interterritoriais são importantes para o marco da plataforma intercontinental. Por parte do RIMISP, foi apontado interesse de colaborar sobretudo em três linhas específicas: 1ª) no fortalecimento da plataforma intercontinental público-privada; 2ª) na expansão de capacidades; e 3ª) no fortalecimento de um tecido empresarial territorial inovador.

Alguns materiais como reportagens, matérias e artigos foram gerados a partir deste evento.

Matéria 1. Jornal Popular Catarinense (25 de novembro de 2011)

Evento

Encontro Intercontinental de Desenvolvimento Territorial Sustentável visita Paulo Lopes

O evento realizado de 21 a 24 de novembro pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)

Na quarta-feira (23), Evandro João dos Santos Prefeito Municipal e autoridades municipais, juntamente com representantes da Epagri – Paulo Lopes, acompanharam a visita realizada ao Sítio Don Natural pelos participantes do Encontro Internacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável.

O evento realizado de 21 a 24 de novembro pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), em parceria com o Ministério da Pesca e Aquicultura, com o Centro Latino Americano para o Desenvolvimento (Rimisp), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e outras instituições públicas e privadas, conta com a participação de técnicos e lideranças de diversos países da Europa e América Latina, os quais apresentam e debatem algumas das experiências mais relevantes desenvolvidas nos seus respectivos territórios, e tem por objetivo geral promover o desenvolvimento territorial sustentável com base nas identidades e riquezas naturais, sócio-econômicas e culturais dos territórios da zona costeira de Santa Catarina.

É um orgulho para o município fazer parte do roteiro de um evento tão importante, onde tivemos a oportunidade de apresentar a cultura local e trocar experiências com diversos países. Afirma o Prefeito Evandro.

Sustentabilidade

Participantes do encontro Intercontinental de Desenvolvimento Sustentável visitam região

Desenvolvimento Territorial Sustentável da Zona Costeira com identidade cultural é debatido na região

De 21 a 24 de novembro de 2011, acontecou o Encontro Intercontinental de Desenvolvimento Territorial Sustentável em Balneário Camboriú (sede do evento), abrangendo também como projeto piloto os municípios de Itapema, Porto Belo, Bombinhas, Paulo Lopes, Garopaba e Imbituba.

Os participantes envolvidos de instituições públicas e privadas, entre técnicos, lideranças e povo tradicional local de 13 países; (Brasil, Argentina, México, Panamá, Chile, Colômbia, Perú, Bolívia, Finlândia, Itália, França, Espanha e Marrocos), discutiram os processos inovadores para ampliar e fortalecer as experiências locais, principalmente as que envolve: Agricultura Familiar, Pesca Artesanal, Turismo de Base Comunitária, e Artesanato, Gastronomia típica, Expressão cultural, entre outros.

O Encontro reuniu apresentações de experiências de várias partes do mundo, principalmente da América Latina, União Européia e África. No dia 23 de novembro os 200 participantes foram divididos em cinco grupos e visitaram cinco roteiros na zona costeira de Santa Catarina, entre São Francisco do Sul à Imbituba.

No Litoral Centro Sul, o Projeto Piloto abrange Paulo Lopes, Garopaba e Imbituba, que receberam visitantes do Brasil, Chile, Bolívia, Espanha e Itália.

Em Paulo Lopes foi visitado O Rosa Tomaz Sali, mostraram a propriedade e serviram um delicioso café colonial.

Em Garopaba foi visitado o Alambique e Engenho de Farinha do Sr. José Constâncio, sua esposa Nésia e o filho Illuca. Os visitantes observaram a fabricação do melado, da cachaça, provaram caldo de cana e bugio (melado + cachaça), além de conhecer o artesanato e produtos coloniais, feitos no Macacú e Morro do Fortunato.

Em Imbituba, os visitantes conheceram a Guarapera Pousada e Gastronomia Típica, do pescador artesanal Lédio de Silveira e sua esposa Maria Aparecida Marcelino de Silveira (Cida), onde almoçaram frutos do mar e conheceram a realidade do pescador artesanal que inseriu a atividade turística de base comunitária. Ainda em Imbituba, o grupo visitou o Rancho de Pesca do Anastácio Silveira, na praia do Porto Novo, bairro: Ibiraquera, que mantém a tradição e costumes de mais de 200 anos no local, passando de geração em geração a tradicional pesca artesanal da Tainha, Anchova, entre outras espécies de pescados, trabalho organizado onde cada pescador desempenha sua função: mestre, vigia, remeiro, proeiro, entre outros.

Retornando à Rossacada, o grupo visitou o engenho de farinha de Virgínio Silveira e de seu neto Amauri, observando o engenho

dos da mandioca (tapioca, beiju, cuscuz, bajagica, broas, rascas, entre outros), convivendo com o resgate da história, da tradição e dos sabores local.

Novamente em Imbituba, o grupo teve a oportunidade da vista panorâmica do porto de Imbituba, do Núcleo de Pescadores Artesanais da praia do Porto, e de parte da Cidade, em seguida, foram apreciar e registrar o por do sol no Porto da Vila, as margens da Lagoa Mirim. Assistiram a apresentação do Boi de Mamão de Antônio de Mello e dos jovens integrantes, mantendo esta importante cultura açoriana. Com um delicioso jantar a base de frutos do mar no Restaurante Paraíso, e conhecendo onde

O objetivo do Projeto DTS ZC IC é:

[illegible]

Atores da Epagri, Prefeituras, Colônia de Pescadores, Associações, Universidades, estiveram presentes. Em Imbituba participaram os municípios: Evaldo de Souza da Agricultura e Pesca, e Noel Antonio Ruiz do Desenvolvimento Turístico e Econômico, o Presi-

Matéria 2. Equitierra – Revista Rural Latino Americana - nº 11

Una Plataforma para el impulso de un desarrollo territorial con identidad cultural • Sofía Törey

EQUITIERRA
REVISTA RURAL LATINOAMERICANA

Santa Catarina:

Un escenario propicio para escalar experiencias

Foto: Paulo Ricardo VP

En el Litoral Centro-Sur y el Litoral Centro-Norte de Santa Catarina, se impulsa un proyecto de investigación-acción para integrar el turismo, la pesca, la agricultura y actividades culturales en procesos de desarrollo territorial con identidad.

Las experiencias llevadas a cabo en el litoral de Santa Catarina (Brasil) en el marco del proyecto "Desarrollo Territorial Sustentable con Identidad Cultural (DTS-IC)", que reúnen varias características en la línea de lo que promueve la Plataforma DTR-IC, convirtieron a esta zona en un escenario propicio para realizar allí el Foro Intercontinental de Desarrollo Territorial Sostenible. Este tuvo lugar entre el 21 y 24 de noviembre de 2011, donde los más de 200 participantes no solo intercambiaron ideas y experiencias, sino que también conocieron en terreno las iniciativas catarinenses.

En el litoral del estado brasileño de Santa Catarina se han mezclado, a lo largo de siglos, culturas como la azoriana, portuguesa, africana, indígena, alemana e italiana, dando origen a una serie de rasgos y manifestaciones originales en el ámbito de la pesca artesanal, la agricultura familiar, el turismo alternativo y actividades culturales no agrícolas, entre otras. Con el fin de valorizar la singularidad de esta zona y convertirla en fuente de oportunidades para el desarrollo local, se inició en octubre de 2008 el proyecto "Desarrollo Territorial Sustentable

34

"experiencias de referencia" (como Vale dos Vinhedos e Caminhos de Pedra, en La Sierra Gaucha, Río Grande do Sul) y varias de las políticas territoriales implementadas en el país en general y en Santa Catarina en particular, los procesos de DTS-IC están comenzando. Creo que eventos como el Foro y la integración entre las redes territoriales de América Latina y Europa son estratégicos para fortalecer y ampliar las iniciativas brasileñas, y colaborar en la mejora y escalonamiento de experiencias europeas y latinoamericanas más consolidadas. Pienso que el potencial de Santa Catarina y de Brasil en procesos de DTS-IC es enorme.

-Un foco central del Foro fue cómo se pueden escalar las iniciativas de desarrollo territorial sustentable con identidad cultural. ¿Qué aspectos claves identifica?

-En el caso de Santa Catarina, la estrategia pasa por la institucionalización de políticas y proyectos territoriales, con mayor captación y asignación de recursos, más capacitación, la intensificación de las actividades de investigación y acciones en los territorios piloto, y la ampliación a otras regiones. Esto implica el fortalecimiento y la expansión de los comités territoriales, la consolidación de alianzas con más actores, sectores, organizaciones y foros de gestión socioambiental, la captación de recursos para implementar las actividades definidas en los planes de acción (sobre todo activar y fortalecer los emprendimientos agrícolas, pesqueros y culturales con identidad y promover la sucesión con los jóvenes y las mujeres), y seguir avanzando con los mapas de identidades, los roteiros y la construcción participativa de las marcas regionales.

-¿Y qué desafíos observaron más allá de la experiencia de Santa Catarina?

-Para América Latina y Europa, el Foro definió en la "Carta de Santa Catarina" varias propuestas: que las instituciones gubernamentales, universidades, institutos nacionales e internacionales de desarrollo, la sociedad civil y el sector privado, consoliden políticas y directrices orientadas al DTS-IC en un proceso de cooperación en red; fomentar asociaciones e iniciativas de desarrollo territorial integradas; alentar la capacitación de los actores involucrados en procesos de DTS-IC, incluyendo a los líderes territoriales, a los jóvenes y las mujeres; y buscar la convergencia de espacios de diálogo intersectorial e interterritorial en el marco de la plataforma intercontinental.

-¿Qué potencial tienen, en su opinión, los lazos intercontinentales que se han forjado en la Plataforma DTR-IC?

-Para las instituciones públicas que trabajan en desarrollo rural en Santa Catarina, como EPAGRI, la realización de eventos como los laboratorios territoriales y el foro intercontinental, con la participación de técnicos y líderes extranjeros, hace toda una diferencia para impulsar las iniciativas y los procesos de DTS-IC. Además del reconocimiento y el fortalecimiento institucional que promueven estos eventos, los visitantes extranjeros con amplia experiencia en DTS-IC nos ayudan a revelar el gran potencial de talentos y oportunidades de desarrollo territorial que Santa Catarina ofrece por su diversidad étnica, ambiental y sociocultural, mostrando

EPAGRI y el desarrollo territorial

- **Vinculada al Gobierno del Estado por medio de la Secretaría de Estado de Agricultura y de Pesca, la Empresa de Investigación Agropecuaria y Extensión Rural de Santa Catarina (EPAGRI, por su sigla en portugués) tiene por objetivos promover la preservación, recuperación, conservación y uso sustentable de los recursos naturales; buscar la competitividad de la agricultura catarinense frente a mercados globalizados; y apoyar la mejoría de la calidad de vida del medio rural y pesquero.**
- **Tras el Foro Intercontinental de Desarrollo Territorial Sostenible (Santa Catarina, 21-24 noviembre 2011), Alfonso Zimath Ditmar, director de EPAGRI, destacó: "El desarrollo territorial es un proceso que EPAGRI como institución quiere considerar con el enfoque de la identidad cultural. Por eso necesitamos ahora poner sus conceptos en una estrategia integral de desarrollo para Santa Catarina. Este Foro nos ha permitido cumplir un primer paso en la dirección de incorporar esta visión en nuestra estrategia de investigación agropecuaria y de extensión rural para todo el Estado".**
- **Conozca AQUÍ los testimonios de Jorge Malburg, gerente de EPAGRI del Departamento de Itaiaí, y Jorge Tagliari, gerente EPAGRI del Departamento de Balneario Camboriú, sobre el valor del Foro Intercontinental y su organización para consolidar las coaliciones locales.**

que tenemos tantas riquezas socio-culturales como algunas regiones europeas que décadas atrás optaron por el camino de la diferenciación y calificación de sus productos y servicios con identidad territorial. Después del Foro, en la Plataforma intercontinental de DTR-IC ya se están acordando formas de articulación entre políticas, organizaciones y proyectos territoriales, así como redes de apoyo metodológico de DTS-IC de América Latina y Europa para iniciativas para DTS-IC en Santa Catarina. En el caso de los roteiros de base comunitaria, ecológica y cultural, se sugiere una propuesta de innovación para cada uno y una propuesta más general para el conjunto de ellos, mostrando iniciativas ejemplares.

2.5.4 Formação em Desenvolvimento Territorial Sustentável com Identidade Cultural (DTS-IC)

O quinto curso de formação ocorreu de 25 a 29 de junho de 2012. Foi organizado através de uma parceria entre RIMISP e EPAGRI, coordenado por Sérgio Pinheiro e Renato Bez Fontana da EPAGRI, e teve participação de Guillén Calvo, Claudia Ranaboldo e Carlos Venegas, instrutores representantes do RIMISP.

Este curso teve como objetivo formar técnicos da EPAGRI e parceiros criando uma massa crítica com relação a processos de DTS-IC e operacionalizar as aprendizagens sobre o tema através da construção de um plano de ação para os territórios trabalhados pela Epagri.

A metodologia proposta buscou contemplar uma série de aportes teóricos e práticos, assim como, trabalhos em grupos e o preenchimento de um Guia de Sistematização. Este guia, considerado uma ferramenta utilizada para acompanhar os participantes ao longo da formação, foi utilizado para orientá-los com relação à análise dos conceitos, das ferramentas e das experiências apresentadas e visitadas, culminando na construção de um desenho de plano de ação de processos de DTS-IC para os territórios trabalhados pelo EPAGRI.

A formação foi organizada em 3 módulos principais, cujos objetivos, assuntos abordados e questões norteadoras para reflexão serão brevemente apresentados a seguir.

- *Modulo 1: Enfoque territorial baseado na valorização das diversidades bio-culturais (enfoque, métodos e experiências)*

Neste modulo foram abordados os conceitos de identidade cultural, patrimônio cultural, território, desenvolvimento territorial rural enquanto conceitos-chaves para a compreensão do que é DTS-IC, cujo enfoque está: na diversidade biocultural como um ativo relevante a ser reconhecido e valorizado em processos de desenvolvimento; na abordagem territorial, focalizada nos atores mais excluídos, e ao mesmo tempo, na construção de sinergias interinstitucionais; e na contribuição para a redução da pobreza, da iniqüidade e da injustiça.

No sentido de ilustrar experiências locais de identidades culturais, foram apresentados dois planos de inovação no litoral catarinense, o de Laguna através do "Projeto Recuperação e Conservação do Complexo Lagunar" e, a pesca artesanal da tainha, através de um "Plano piloto de prospecção e integração de elementos e atores e fomento a criação de um centro regional de interpretação da arte da pesca". Os dois planos de inovação foram concebidos no âmbito do Projeto DTS Zona Costeira Catarinense.

Na seqüência, a abordagem foi sobre o contexto da América Latina, seus desafios e sinais de mudanças. A apresentação de experiências e resultados de vários países como Argentina Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México e Peru promoveu uma reflexão importante sobre as possibilidades de desenvolvimento sustentável a partir da valorização das identidades culturais para Santa Catarina.

A diversidade biocultural definida "como uma diversidade de saberes, crenças e práticas que os seres humanos têm desenvolvido através da história e sua relação com a conservação e uso da biodiversidade", foi colocada como elemento fundamental nos processos de DTS-IC. A conservação e aproveitamento de seus fatores são essenciais para promover maior resiliência, aprovisionar os serviços ecológicos e culturais, garantir a soberania alimentar, gerar vantagens comparativas para diferenciar os territórios no mercado local e global.

Outro tema trabalhado foi a competitividade territorial enquanto conscientização sobre os recursos diferenciais do território, integração dos setores de atividades dentro de uma lógica de inovação e cooperação com outros territórios e articulação com políticas regionais, nacionais, e com o contexto global. Elementos de competitividade foram abordados através da apresentação de experiências, em que o conceito de "cesta de bens e serviços" foi evidenciado. A cesta de bens e serviços é a composição de vários elementos: uma oferta territorial de bens e serviços privados, uma demanda inelástica e específica ao território, um conjunto de bens públicos de qualidade (paisagens, meio ambiente, patrimônios) e sistemas de governança territorial que permitam uma captação e integração de renda.

Algumas determinantes foram ainda apontadas para a construção de processos de valorização da diversidade biocultural, tais como:

- ✓ a identificação dos ativos bioculturais;
- ✓ o fomento a uma visão compartilhada da imagem, dos desafios e oportunidades no território;
- ✓ combinar o apoio e a valorização de certos produtos diferenciados com estratégias de criação de valor agregado a nível territorial;
- ✓ fomentar a criação de redes/plataformas institucionais que facilitem alianças;
- ✓ priorizar processos de fortalecimento de capacidades e consolidação de capital social;
- ✓ reforçar o interesse e compromisso das comunidades locais pelo consumo e aproveitamento de produtos locais e privilegiar uma diversidade de tipologias de consumidores;
- ✓ criar condições para que a renda de qualidade territorial não se concentre nas mãos de poucos e se distribua no nível do território;
- ✓ facilitar o acesso fluido a informação sobre os ativos do território/criar espaços de intercâmbio entre consumidores e produtores (mercados, feiras, etc.);
- ✓ fomentar a pesquisa pluridisciplinar e relacionar a ação local com a reflexão científica;
- ✓ desenvolver “redes de conhecimento” e articulações dentro e fora do território.

- ➢ *Modulo 2: Aprendizagem a partir de territórios laboratórios*

Este módulo teve como objetivo visitar dois territórios laboratórios do litoral catarinense, um no litoral centro sul e outro no centro norte. As visitas procuraram contemplar a análise dos “roteiros” propostos do ponto de vista dos conceitos e temas trabalhados nos dias anteriores. Desta forma, uma série de questões organizadas por grupos de interesse foi colocada aos participantes, visando avaliar as identidades culturais na perspectiva do DTS. Dentre as questões estão:

a) Definição do território

a.1 Qual é o território?

a.2 Como se define?

a.3 Quem o define?

b) Dinâmicas Territoriais: atores ativos

b.1 Quais são as dinâmicas associadas em um processo de DTS, em um território?

b.2 Quais são os atores mais relevantes, associados a essas dinâmicas de DTS?

b.3 Quais os principais ativos naturais e culturais associados a essas dinâmicas?

b.4 Além dos roteiros que outras opções existem para visibilizar e valorizar as diversidades territoriais?

b.5 Que outros ativos/ atores poderiam associar-se a esses processos?

c) Rol da Epagri/alianças

c.1 Como a Epagri atua em relação as iniciativas de DTS-IC?

c.2 Como e sob que modalidade se relaciona com os seus sócios?

c.3 Que novas formas de articulações e sinergia se pode implementar para aprofundar processos de DTS IC?

- *Modulo 3: Aterrizando no trabalho territorial: dimensões estratégicas para processos de DTS-IC e planos de ação*

O módulo 3 teve o trabalho focado na construção de um plano de ação para os territórios atendidos pela EPAGRI. Desta forma um embasamento teórico sobre o passo a passo da construção de um plano de ação territorial foi ministrado, a partir da experiência de uma oficina de desenhos e experimentação artesanal.

A partir do conteúdo conceitual trabalhado durante o curso e das experiências vivenciadas foram construídos, através de metodologia participativa, a complementação dos planos de ação para as duas regiões piloto do projeto DTS Zona Costeira Catarinense, litoral centro norte e litoral cento sul, conforme será apresentado na seção a seguir.

2.6 Meta 6. Elaboração de Planos de Ação de DTS através da realização de diagnósticos participativos

Os Planos de Ação do Projeto DTS Zona Costeira vem sendo construídos desde o primeiro LABTER (novembro de 2009), através do amadurecimento conceitual e vivencial dos participantes. O primeiro momento foi a pesquisa documental e as oficinas preparatórias para o primeiro LABTER. Durante as oficinas, técnicos da EPAGRI, representantes das comunidades e parceiros levantaram as principais potencialidades dos dois territórios envolvendo os segmentos da pesca, agricultura, artesanato e turismo. A apresentação deste diagnóstico participativo no LABTER, levou a um aprofundamento do mesmo durante o curso, onde além de novas potencialidades serem apontadas para compor os Arranjos Produtivos Localizados e cestas de bens e serviços territorializados, também se levantou as principais relações institucionais possíveis de serem fortalecidas, com vistas ao desenvolvimento sustentável dos territórios. Um dos resultados deste trabalho, foi a primeira proposta de Planos de Ação para os territórios, conforme quadro 5.

Quadro 5. Primeira proposta de Planos de Ação – LABTER 1

Conteúdos sugeridos para os Planos de Ação

LCN
- Implantação do comitê
- "Carta de Garopaba"
- Manifesto territorial (mobilização)
- Diagnóstico detalhado de experiências
- Apresentação do DTS (sensibilização)
- Data (dez) e agenda do primeiro encontro ("Carta de Garopaba"; Material do LabTer; Material do território; Discussão sobre o Comitê e sobre o Plano de Trabalho)

LCS
- Implantação do comitê
- Roteiro integrador (a partir do turismo)
- Comunicação/capacitação
- Intercâmbios, fortalecimento da agroecologia, inovações e organizações
- Governança territorial (quem são os atores, quem deve fazer parte..)
- Data (fev) e agenda do primeiro encontro (nivelamento, regimento, amadurecimento das ações)

Durante a evolução do processo DTS-IC outras atividades foram sendo incorporadas aos Planos de Ação, entre elas: campanha na mídia para Valorização das Identidades Territoriais, visando reforçar o processo de reativação dos recursos específicos desses territórios, assim como articular produtos, serviços e comunidades com as respectivas histórias, geografias e identidades culturais; elaboração participativa da Segunda Versão das Cartas de Identidades Culturais; realização de Roteiros Turísticos de Base Cultural e Comunitária; construção social de 2 Marcas Territoriais, uma no Litoral Centro Norte (LCN), denominada Caminhos Verdemar, e outra no Litoral Centro-Sul (LCS), denominada Costa Catarina; formação de uma Associação de Desenvolvimento Territorial no LCS, denominada Associação de Desenvolvimento Territorial Costa Catarina (ADTC), e o encaminhamento para formação de entidade semelhante no LCN ou parceria com entidade similar já existente;

Cabe destacar um terceiro momento que consiste na complementação dos planos de ação, formalizados durante o curso do Rimisp.(quadro 6 e quadro 7 acima citados).

Quadro 6. Plano de Ação do Litoral Centro Norte

Titulo :	**Roteiros Territoriais Integrados com Identidade Cultural**
Componentes do grupo	**Sergio Flohr, Gilmar Germano Jacobowski, Jorge Tagliari,Maria de Fatima Stippe, Jorge Malburg, Germano Fucks, Oderlei Anschau**
Território/ Unidade	**UGT 06**
E-mails e telefones de contato	**Ugt06@epagri.sc.gov.br**
1. O que se propõe a fazer? (Objetivos do Plano)	
Descreva as melhorias, mudanças e inovações que se propõe implementar em seu território/unidade institucional Criar Roteiros Territoriais integrados de empreendimentos com Identidade Cultural	

2. FUNDAMENTOS DO PLANO

Quais são os espaços de oportunidade que se pretende potencializar e quais são os entraves que se pretende superar?

A UGT 06 caracteriza-se por possuir uma população de aproximadamente 2 milhões de pessoas com relativo poder de compra, com setores econômicos avançados no área de metal mecânica, têxtil, plásticos e serviços. Neste espaço a agricultura enfrenta uma pressão imobiliária muito grande além de uma forte disputa pela mão de obra, o que a médio e longo prazo pode inviabilizar algumas culturas.

Tem como grande oportunidade a organização e qualificação de uma cesta de bens, serviços e produtos com identidade cultural nos setores da pesca e agricultura familiar, gastronomia, artesanato, pequenas agroindústrias além das manifestações culturais.

Entraves:

1) Dentro da Epagri – Pouca massa crítica sobre o assunto; a estrutura técnica(técnicos atuam somente no município) dificulta este tipo de trabalho;

2) Dificuldade na construção de parcerias;

3) Iniciativas isoladas e dispersas;

4) Cultura política local com limitação geográfica;

5) Visão de concorrência e não de parceria;

6) Resistência a mudanças;

7) Baixa auto-estima;

8) Falta de valorização da cultura local e da atividade agropecuária e pesqueira (dele e dos demais atores)

9) Fragilidade das organizações;

10) Ausência de governança territorial.

3. Como se propõe realizar esta melhora ou inovação? (ESTRATEGIA)

Indique as atividades estratégicas necessárias para alcançar seu objetivo. Considerando objetivos a curto e médio prazo (1 a 3 Anos)?

Curto Prazo

1 Levantamento das etnias existentes no território;
2 Hábitos, costumes e tradições;
3 Identificação e diagnóstico de empreendimentos já existentes e com potencial de participar no processo;
4 Discussão com o grupo e parceiros para institucionalizar o trabalho;
5 Fortalecimento e reorganização do comitê Gestor do DTS-IC;
6 Buscar as parcerias necessárias;
7 Buscar consultoria especializada para aplicar metodologia da roteirização.

Médio Prazo

1 Logística
2 Site de Identidades Culturais;
3 Plano conjunto de ação.

Indique que alianças são necessárias para alcançar seus objetivos?

Associações de Municípios, SOL, SDRs, ONGs, Trade de Turismo, Universidades, Organizações de produtores e pescadores, Prefeituras, SEBRAE, CIDASC, SC Rural, SEAP, MAPA, MDA, MPA, Ministério Publico, Sistema Financeiro (Bancos), FUNAI.

4. Quais são os recursos financeiros e humanos que existem em seu território/unidade institucional ou as que poderia acessar para implementar o plano?
Epagri(próprio), Prefeituras Municipais, SEBRAE, FUNTURISMO/SOL, SDRS, Beneficiários, Associações de Municípios, , ONGs, Trade de Turismo, Universidades, Organizações de produtores e pescadores, CIDASC, SC Rural, SEAP, MAPA, MDA, MPA, Ministério Publico, Sistema Financeiro(Bancos), FUNAI.
5. Quem se beneficiaria desta proposta e como? (BENEFICIARIOS DO TERRITORIO E/OU DA UNIDADE INSTITUCIONAL)
Assinale quem será diretamente beneficiado pela implementação do plano proposto. Explique brevemente como se beneficiarão.
Diretamente pescadores e agricultores, com a valorização da identidade cultural, aumento de renda e da auto-estima, reconhecimento da atividade, bem como toda sociedade local. Trará maiores atrativos turísticos, geração de novos empregos, ofertas de produtos e serviços diferenciados e de qualidade, resgate cultural, dando maior visibilidade a cultura local.
6. VIABILIDADE E FORTALECIMENTO DE CAPACIDADES
Quais serão as principais capacidades que deverão fortalecer-se dentro do território e/ou sua unidade institucional para implementar o plano de ação?
1) Capacitar equipe para realizar o diagnóstico: a) Levantamento das etnias e IC existentes no território; b) Hábitos, costumes e tradições; c) Empreendimentos existentes e com potencial de participar no processo; d) Demandas de investimentos ,de capacitações e de mercados. 2) Socialização dos conhecimentos com comitê Gestor do DTS-IC; 3) Entender a metodologia da roteirização. 4) Ao publico alvo: a. Capacitações em atendimento ao cliente; b. Gestão de negócios e mercado; c. Legalização de empreendimentos; d. Saneamento ambiental; e. Associativismo; **f.** Formação de redes.
7. COMENTARIOS
Agregue aqui observações ou informações adicionais relevantes para complementar este plano de ação .
Necessidade de incorporar/institucionalizar o conceito de DTR-IC na Epagri. Formação de equipes multidisciplinares.

Quadro 7. Plano de Ação para o Litoral Centro Sul

Titulo :	**Desenvolvimento Territorial Sustentável do Litoral Centro Sul-IC**
Componentes do grupo	**Luis Marcos Bora, Lenir Pirola, Otília Salvador, Realdino José Busarello, Ademar Vitorino Felipe, Fabiana Jacomel, Glayco da Silva Teixeira**
Território/ Unidade	**Garopaba, Imbituba, Paulo Lopes,**
E-mails e telefones de contato	**bora@epagri.sc.gov.br; lenir@epagri.sc.gov.br; otilia@epagri.sc.gov.br; empaulolopes@epagri.sc.gov.br; realdinobusarello@epagri.sc.gov.br emgaropaba@epagri.sc.gov.br; fjacomel@hotmail.com;**
1. O que se propõe a fazer? (Objetivos do Plano)	
Descreva as melhorias, mudanças e inovações que se propõe implementar em seu território/unidade institucional Desenvolvimento do Turismo de base comunitária, levando em consideração a identidade cultural e a diversidade étnica e a gastronomía local, respeitando o meio ambiente, a cultura, tendo por base a integração entre os diversos atores (prefeituras, ongs, instituições, organizações e as comunidades locais da pesca, da agricultura, artesãos, remanescente de quilombos, envolvendo os municípios do complexo lagunar e litorâneo sendo estes 6 municípios (Laguna, Imarui, Imbituba, Garopaba, Paulo Lopes, Pescaría Brava)	
2. FUNDAMENTOS DO PLANO	
Quais são os espaços de oportunidade que se pretende potencializar e quais são os entraves que se pretende superar?	
O espaço rural e pesqueiro, incluindo as belezas cênicas, as construções tradicionais (engenhos, ranchos de pesca, casas açorianas locais), os produtos locais com identidade cultural como as tradições festivas (festas do divino, terno de reis, boi de mamão, quermesse, resgate da gastronomia), Desafios: quebrar as fronteiras municipais, o individualismo das populações municipais e mostrar para as gestões públicas destes 6 municípios a importância deste trabalho e de se trabalhar em forma de um território comum. A problemática das questões sanitárias e de legislação.	
3. Como se propõe realizar esta melhora ou inovação? (ESTRATÉGIA)	
Indique as atividades estratégicas necessárias para alcançar seu objetivo. Considerando objetivos a curto e médio prazo (1 a 3 Anos)?	
Construir uma equipe intermunicipal e inter-institucional afim de ter uma linguagem comum, para fazer uma proposta no sentido de discutir o projeto de DTS-IC envolvendo os municípios supracitados.(curto prazo) Motivar, esclarecer e capacitar todos os envolvidos no projeto. (médio prazo, 1 a 3 anos) Iniciar a execução do plano, e fazer a retroalimentação, financeira, humana, e mais atores.	
Indique que alianças são necessárias para alcançar seus objetivos? Poder público- Epagri prefeituras municipais, FATMA, CASAN, CIDASC, SOL, governo do estado, governo federal, CONAMA, ICMBIO, APA DA BALEIA FRANCA, IFSC, UNISUL, UFSC, UDESC. Entidades civis; cooperativas, AMA, GAIA VILLAGE, associação dos pescadores, associações de créditos, RIMISP, associação de comércio , indústria e lojistas Instituições financeiras: BANCO DO BRASIL Instituições privadas: pousadas, restaurantes, e outras	

4. Quais são os recursos financeiros e humanos que existem em seu território/unidade institucional ou as que poderia acessar para implementar o plano?
Recursos financeiros: atualmente não existem recursos, há a possibilidade para mobilizar RS 100.000,00 com prefeituras municipais, governo estadual, federal e organismos internacionais, subvenção, apenas para as atividades iniciais de mobilização e motivação da população envolvida. Para se implementar todo o projeto a fim de que ocorra uma melhoria ambiental das lagoas, uma organização adequada das famílias, uma melhoria dos equipamentos que farão parte da rota turística capazes de receber visitantes, possibilitar a geração de renda das propriedades envolvidas e das famílias em geral. TOTAL DE RECURSOS FINACEIROS NECESSÁRIOS – 3 MILHÕES DE REAIS Recursos humanos: 15 técnicos da Epagri, 6 pessoas da AMA, técnicos, técnicos de IFSC, UFSC e pessoas das prefeituras envolvidas, professores, pesquisadores, universitários e demais atores interessados.
5. Quem se beneficiaria desta proposta e como? (BENEFICIARIOS DO TERRITORIO E/OU DA UNIDADE INSTITUCIONAL)
Assinale quem será diretamente beneficiado pela implementação do plano proposto. Explique brevemente como se beneficiarão.
Comunidades tradicionais, famílias rurais e pesqueiras, artesãos, e a comunidade em geral
6. VIABILIDADE E FORTALECIMENTO DE CAPACIDADES
Quais serão as principais capacidades que deverão fortalecer-se dentro do território e/ou sua unidade institucional para implementar o plano de ação?
As principais capacidades que devem ser fortalecidas dentro do território e das instituições para implementar o plano são: fortalecer o entendimento de desenvolvimento territorial sustentável e com identidade cultural de todos os atores envolvidos, com princípios de melhoria da pesquisa, extensão e educação.
7. COMENTARIOS
Agregue aqui observações ou informações adicionais relevantes para complementar este plano de ação .
Se conseguirmos desenvolver todas as atividades propostas de motivar os atores envolvidos teremos como resultado o aumento de vida útil das lagoas, o aumento da reprodução de peixes e crustáceos, a permanência dos atores com melhor qualidade de vida e a preservação do espaço rural e pesqueiro levando inclusive turistas para visitá-lo . Neste rol de atividades ainda vislumbramos a implementação de tecnologias sociais de baixo custo , com resultados eficazes para o meio ambiente como: cisternas, banheiro seco nos ranchos de pesca, sistemas de tratamento de efluentes com zona de raízes, círculo de bananeira para efluentes com águas cinzas, aquecedor solar e biodecompositor para o material orgânico transformando-o em adubo para todas as famílias ribeirinhas.

Outros planos de ação foram elaborados, o do Planalto Sul Catarinense e Alto Vale Rio do Peixe, UGT 5 e 7, Oeste Catarinense, Plano de Ação Institucional (EPAGRI) e Plano de Ação dos Parceiros.

2.7 Meta 7. Implementação dos Planos de Ação de DTS

2.7.1 Cartas de Identidades Culturais:

A questão da identidade cultural foi incorporada ao projeto DTS Zona Costeira Catarinense através do aprendizado realizado com as experiências testadas e relatadas por entidades de pesquisa estimuladas pelo RIMISP. Em função desta parceria e das demandas levantadas no primeiro LABTER pelos territórios pilotos do projeto, uma das ações territoriais previstas nos planos de ação foi a construção de Cartas de Identidades Culturais para cada território (LCN e LCS).

Através de metodologia participativa, as Cartas foram elaboradas com a contribuição de diversos atores sociais dos setores sócio-produtivos focalizados no projeto, tais como representantes de associações comunitárias, entidades do terceiro setor, instituições públicas e organizações privadas que conjuntamente participaram de várias etapas do processo, desde a identificação e seleção das identidades culturais mais expressivas de cada território piloto.

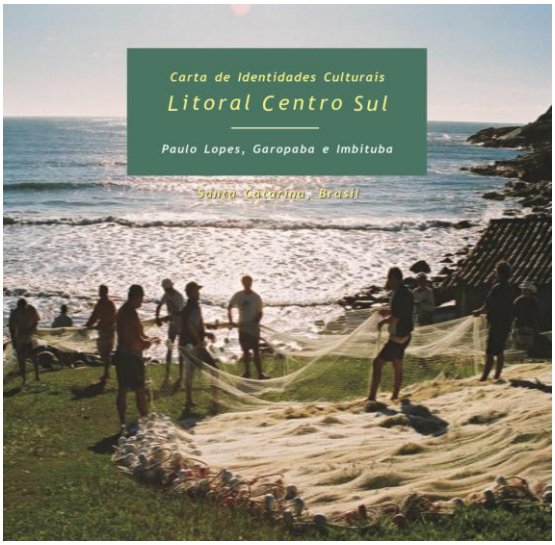
A concepção da carta se inspirou na experiência chilena do "mapa de produtos e serviços com identidade cultural do Chiloé" e na iniciativa da "Nova Cartografia Social". A construção das cartas envolveu diferentes etapas: a) visita aos territórios pilotos para apresentar o projeto de resposta técnica relativas às cartas de identidade culturais, metodologia e resultados esperados; b) planejamento, articulação institucional e realização de oficinas participativas de identidades culturais nos territórios LCN e LCS, focalizando os setores produtivos da pesca artesanal, agricultura familiar, turismo de base comunitária e atividades culturais; c) elaboração dos textos das cartas; d) produção da ilustração da geografia dos territórios LCN e LCS, partindo de mapas de georreferenciados; e) produção e/ou seleção de fotografias das identidades culturais mais expressivas dos respectivos territórios; f) projeto de design gráfico das cartas; g) ajustes gráficos das cartas em função de demandas dos territórios; h) pré-lançamento das cartas de cada território no LABTER 2010; i) lançamento oficial da primeira edição impressa das cartas no "Encontro Intercontinental de

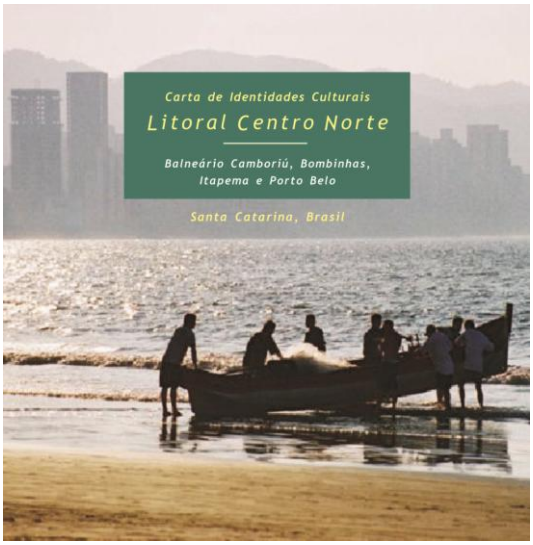
Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS): Atores e processos inovadores para ampliar e fortalecer as experiências locais".

O objetivo das Cartas foi identificar e dar visibilidade aos produtos e serviços com identidade territorial, sensibilizando os atores sociais e visitantes dos respectivos territórios, envolvendo-os e comprometendo-os gradativamente na implementação das dinâmicas de DTS IC em SC.

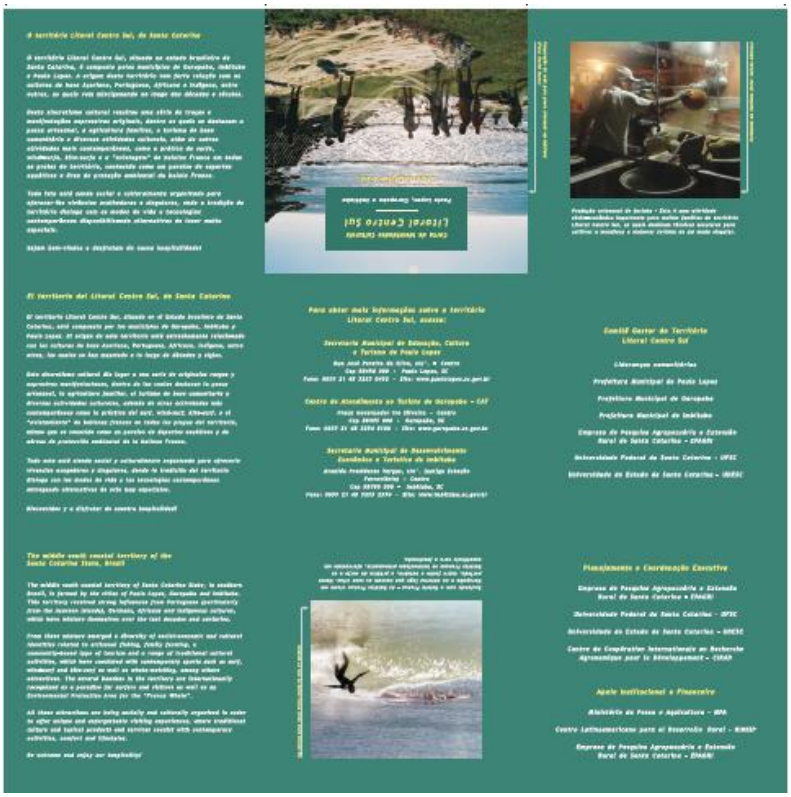
Na seqüência algumas fotos do processo participativo de construção das cartas territoriais e o resultado do trabalho.

Fotos 21, 22, 23 e 24 . Construção participativa das Cartas de Identidades Culturais (LCN e LCS)





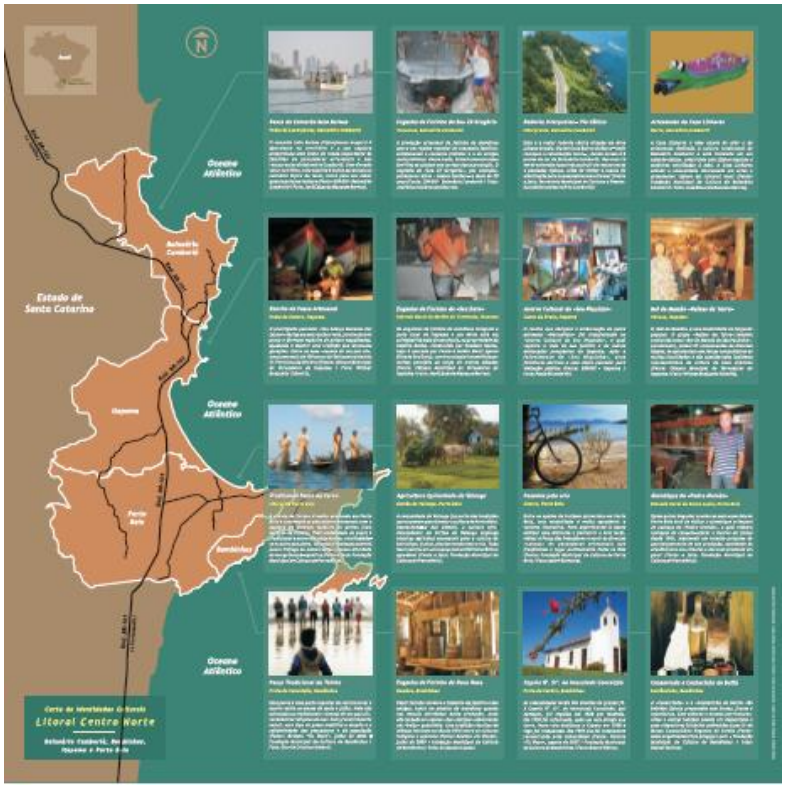
Capas das Cartas de Identidades Culturais do LCS e LCN



Frente da Carta Territorial do Litoral Centro Sul

Verso da Carta Territorial do Litoral Centro Sul

Frente da Carta Territorial do Litoral Centro Norte



Verso da Carta de Identidade do Litoral Centro Norte

2.7.2 Roteiros Culturais:

A estruturação de **Roteiros Turísticos de Base Cultural e Comunitária** foi uma das atividades definidas nos planos de ações do DTS como prioritárias, visto que o turismo mostrou-se ser a atividade agregadora das identidades culturais e territoriais, capaz de promover ao mesmo tempo a integração entre setores sócio-produtivos, entidades e atores sociais.

As primeiras experiências com organização desses roteiros aconteceram durante os dois Laboratórios Territoriais (o 1º LABTER em 2009 em Garopaba e 2º LABTER em 2010 em Bombinhas). Entre os atrativos incluídos nesses roteiros figuraram os encontros de turistas com artesãos e artistas de diversas expressões culturais (literatura popular, danças, pinturas, folclore e artesanatos típicos), visita em comunidades rurais, paradas em alambiques de cachaça e engenhos tradicionais de farinha de mandioca para conversas com agricultores

familiares, além de encontros com pescadores nos Ranchos de Pesca, onde barcos de pesca artesanal como “a canoa de um pau só”, construída há mais de cem anos, fazem parte da identidade local.

Estes roteiros experimentais encantaram lideranças comunitárias, pesquisadores nacionais e internacionais e agentes de desenvolvimento tanto dos municípios que compõem os territórios LCN e LCS, quanto de outras localidades do Estado de Santa Catarina. Seguindo esta iniciativa, outras alternativas de roteiros estão sendo planejados, como o “Corredor Cultural das Benzedeiras” ou o “Corredor Rural do Sertão do Trombudo”, ambos situados no LCN, apenas para ficar em dois exemplos. Este último, por sinal, articula a agricultura da comunidade quilombola do Sertão do Trombudo com os ranchos de pesca artesanal e os engenhos tradicionais de farinha de mandioca, assim como esses todos com pequenas pousadas e restaurantes típicos do território, facultando opções de turismo de base comunitária enriquecidas culturalmente. Além disso, outras composições com as identidades culturais dos territórios LCN e LCS podem ser empreendidas, pois existem diversas possibilidades, tais como aquelas experimentadas nos dias do “Encontro Intercontinental de DTS: Atores e processos inovadores para ampliar e fortalecer as experiências locais”, em novembro de 2011.

Em todos os pontos desses Roteiros estão sendo estruturados receptivos com o compromisso de manter viva a memória cultural das comunidades locais, oferecendo aos visitantes a possibilidade de ouvir histórias e vivenciar momentos que retratam a cultura tradicional, além de degustar bebidas e pratos típicos. Estas experiências estimularam a organização de novos roteiros territoriais em Santa Catarina, testados durante o Fórum Intercontinental de DTS IC, em 2011.

Estes roteiros foram percebidos pelos participantes do Fórum como potenciais embriões de uma dinâmica de turismo baseada nas identidades socioculturais dos territórios costeiros. Além disso, e talvez o mais importante, os roteiros reforçam a auto-estima e o protagonismo dos indivíduos e das entidades destas comunidades, que estão cada vez mais marginalizados pelo processo de crescimento econômico convencional, estimulando jovens

pescadores e pescadoras artesanais, agricultores e agriculturas familiares, artistas e artesãos locais a prosseguirem com suas manifestações culturais e atividades socioeconômicas tradicionais.

A partir destes roteiros, demandas foram surgindo no sentido de conhecer a experiência de desenvolvida com o DTS Zona Costeira Catarinense com identidade cultural das regiões piloto, dentre os quais, vale destacar a demanda apresentada pelo Congresso SIAL, realizado em maio de 2013, conforme confere no quadro 8.

Quadro 8. Roteiro de DTS para o Congresso SIAL.

Roteiro de DTS no Litoral Centro-Sul de Santa Catarina
Paulo Lopes, Garopaba, Imbituba
Congresso SIAL, 25 de maio de 2013

O roteiro no litoral centro-sul de Santa Catarina (SC) inclui atrativos e empreendimentos trabalhados pelo projeto de Desenvolvimento Territorial Sustentável com Identidade Cultural (DTS-IC) na Zona Costeira de SC, que através de uma metodologia de pesquisa-ação participativa objetiva articular atores, entidades, setores, políticas e sistemas agroalimentares com base nas riquezas territoriais e identidades sócio-culturais das comunidades tradicionais.

07:30 h: Saída de Florianópolis em direção a Garopaba, entrando em Paulo Lopes pela estrada do Siriu, com vista panorâmica da Lagoa do Coração.

09:00 h: Recepção no alambique do Sr. José Constâncio, no bairro Macacu (Garopaba), com café e doces da comunidade Quilombola do Fortunato.

Na comunidade do Macacu, o Sr. José Constâncio, sua esposa Nésia o filho Biluca decidiram resgatar a tradição familiar de produção de cachaça orgânica e artesanal. O alambique foi reconstruído há 7 anos, mantendo as características tradicionais após estar desativado por um longo período, e mantém a perspectiva de sucessão familiar com o Luiz Fernando, filho do Biluca. Os visitantes serão recebidos com café, produtos e doces artesanais da comunidade quilombola do Morro do Fortunato, poderão degustar e aprender sobre a forma tradicional de produção de Cachaça, açúcar mascavo e melado, além da farinha e outros derivados de mandioca.

10:30h: Saída do Macacu em direção a praia do Rosa, Imbituba.
11:00 h: Chegada ao canto sul da Praia do Rosa, considerada uma das 10 baías mais lindas do mundo, no Rancho do Seu Anastácio, mestre da pesca artesanal e agricultor familiar.

Visitar o Porto Novo, na paradisíaca praia do Rosa, é uma oportunidade para conhecer pessoas como Seu Anastácio, liderança que cultiva as tradições da agricultura familiar, dos sistemas agroalimentares locais e da pesca artesanal, como as canoas centenárias de “um pau só”, verdadeiros tesouros da cultura local, lastreada por hábitos adquiridos desde a colonização açoriana no século XVIII.

12:30: saída do Rancho do Seu Anastácio em direção a Imbituba, para almoço de frutos do mar em restaurante típico na praia da Vila, com direito a mostra de produtos artesanais e passeio em uma das praias mais lindas do território.
13:00 h: Chegada ao restaurante Marcão, em Imbituba.
14:00 h: Mostra de artesanato local e passeio na Praia da Vila, famosa pelas excelentes ondas e campeonatos internacionais de Surf.
15:00 h: Saída da praia da Vila em direção ao Engenho de Farinha da Ressacada, em Garopaba.

15:30 h: Chegada no Engenho do Amauri, na Ressacada, em Garopaba, com direito a provas de produtos alimentares artesanais derivados da mandioca.

A mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) é um dos maiores legados que os habitantes da região no passado deixaram para as gerações atuais. Os nativos descobriram e domesticaram esta planta, desenvolvendo técnicas de processamento para a obtenção de diferentes produtos dela derivados, os quais tradicionalmente compõe os principais componentes dos sistemas agroalimentares neste território.

A revitalização do Engenho da Ressacada oferece uma importante oportunidade para o resgate da história destes sistemas em Santa Catarina, e também como exemplo para fortalecer a continuidade da sua trajetória. Lá, a sucessão familiar é uma realidade com o jovem casal Amauri e Tatiana, que dão sequência ao saberes dos pais e avós, mostrando ser possível viver dignamente no espaço rural articulando atividades agrícolas com um receptivo turístico de base comunitária e cultural.

17:00 h: Saída do Engenho da Ressacada em direção ao Alambique do José Abrelino, em Paulo Lopes.
17:30 h: Chegada no Alambique do josé Abrelino, em Paulo Lopes, para degustação de Cachaça orgânica Artesanal e Jantar com petiscos do mar preparados pela artesã e pescadora Dona Sinésia.
19:30-20:00 h: Saída do Alambique em Paulo Lopes para Florianópolis
21:00-21:30 hs: Chegada prevista em Florianópolis.

Observações:
Custo total por pessoa: R$ 110,00, sendo R$ 85,00 para alimentação (4 refeições) e receptivo cultural e R$ 25,00 para transporte (aluguel ônibus).

Número de participantes: mínimo de 20 e máximo de 40.

Equipe organizadora do roteiro DTS no litoral centro-sul:
Otília Salvador (otilia@epagri.sc.gov.br), coordenação geral
Sergio Pinheiro (pinheiro@epagri.sc.gov.br)
Elisio Sgrott (emimbituba@epagri.sc.gov.br)
Fabiana Jacomel (fjacomel@hotmail.com)
Caroline Schio (caroschio@hotmail.com)
Simone Poletto (polettos@hotmail.com)
Ademar Vitorino (empaulolopes@epagri.sc.gov.br)
Glaycon Silveira (emgaropaba@epagri.sc.gov.br

Epagri

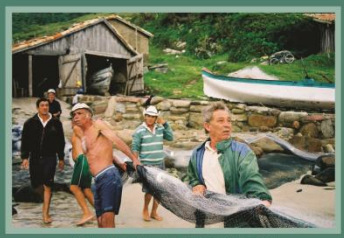
Ministério da
Pesca e Aquicultura

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

ROTEIROS CULTURAIS DA COSTA CATARINA

COMUNIDADES TRADICIONAIS, PRODUTOS E SERVIÇOS COM IDENTIDADE CULTURAL

RANCHO DE PESCA E 'CANOA DE UM PAU SÓ' DO SEU ANASTÁCIO



SEU ANASTÁCIO LIDERANDO UMA EQUIPE DE PESCA

RANCHO DE PESCA E CANOA SECULAR DO SEU ANASTÁCIO

REALIZAÇÃO
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL COSTA CATARINA
PROJETO DTS IC - SC

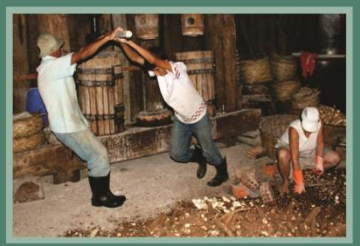
INSTITUIÇÕES DE APOIO
EPAGRI / MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA | RIMISP | CIRAD | UFSC | UDESC | AMA | PREFEITURAS DE GAROPABA, IMBITUBA E PAULO LOPES
AGENDA 21 | APA BALEIA FRANCA | GAIA VILLAGE | ACIG | ACIM

ROTEIROS CULTURAIS DA COSTA CATARINA

COMUNIDADES TRADICIONAIS, PRODUTOS E SERVIÇOS COM IDENTIDADE CULTURAL

ALAMBIQUE DE CACHAÇA E ENGENHO DE FARINHA NO MESMO LUGAR

SEU JOSÉ RECEBENDO VISITA NO ENGENHO SECULAR DA FAMÍLIA



BILUCA E LUIZ FERNANDO - FILHO E NETO DO SEU JOSÉ - 'FARINHANDO'

REALIZAÇÃO
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL COSTA CATARINA
PROJETO DTS IC - SC

INSTITUIÇÕES DE APOIO
EPAGRI / MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA | RIMISP | CIRAD | UFSC | UDESC | AMA | PREFEITURAS DE GAROPABA, IMBITUBA E PAULO LOPES
AGENDA 21 | APA BALEIA FRANCA | GAIA VILLAGE | ACIG | ACIM

Epagri

Ministério da
Pesca e Aquicultura

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

ROTEIROS CULTURAIS DA COSTA CATARINA

COMUNIDADES TRADICIONAIS, PRODUTOS E SERVIÇOS COM IDENTIDADE CULTURAL

REALIZAÇÃO
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL COSTA CATARINA
PROJETO DTS IC - SC

INSTITUIÇÕES DE APOIO
EPAGRI / MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA | RIMISP | CIRAD | UFSC | UDESC | AMA | PREFEITURAS DE GAROPABA, IMBITUBA E PAULO LOPES
AGENDA 21 | APA BALEIA FRANCA | GAIA VILLAGE | ACIG | ACIM

ROTEIROS CULTURAIS DA COSTA CATARINA

COMUNIDADES TRADICIONAIS, PRODUTOS E SERVIÇOS COM IDENTIDADE CULTURAL

REALIZAÇÃO
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL COSTA CATARINA
PROJETO DTS IC - SC

INSTITUIÇÕES DE APOIO
EPAGRI / MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA | RIMISP | CIRAD | UFSC | UDESC | AMA | PREFEITURAS DE GAROPABA, IMBITUBA E PAULO LOPES
AGENDA 21 | APA BALEIA FRANCA | GAIA VILLAGE | ACIG | ACIM

2.7.3 Campanhas na mídia para Valorização de Tesouros (ou identidades) Territoriais

Visando identificar, ativar e dar visibilidade para riquezas do litoral catarinense ainda poucos percebidas, várias entidades ambientais, comunitárias e órgãos oficiais do território LCS se articularam em 2012 e lançaram uma campanha na mídia sobre "Tesouros Territoriais" pouco conhecidos e valorizados pelos moradores e visitantes, ainda que possuam grande potencial sociocultural e econômico. A estratégia envolveu um oportuno evento para o lançamento da Campanha: a Semana do Empreendedorismo - cujo tema central foi "empreendendo os tesouros locais" - seguida de uma série de reportagens semanais no principal jornal da região (Jornal da Praia de Garopaba - JPG). Estas matérias estão revelando expressões culturais, produtos e serviços típicos que são riquezas com potencial de oferecer oportunidades de emprego e renda para pessoas das comunidades tradicionais e agregar novas alternativas ao turismo de sol e mar, o qual se limita apenas a época do verão.

Os Tesouros Territoriais selecionados para as primeiras reportagens foram os empreendimentos identificados na primeira versão da "Carta de Identidades Culturais do Litoral Centro Sul", os quais estão sendo trabalhados pelo Comitê Territorial do LCS através de roteiros turísticos, atividades de capacitação e educação ambiental, entre outras ações. Da culinária tradicional ao artesanato local, da dança típica à agricultura familiar, da pesca artesanal à construção artesanal de barcos e à observação da baleia franca - na maioria identidades culturais ameaçadas de desaparecer ao longo dos últimos anos - estão sendo foco de reportagens todas as semanas.

Além de estimular visitantes, moradores e empresários a conhecerem tais tesouros, a Campanha tem se mostrado eficaz para mobilização social, valorização e "ativação" social e econômica de diversos empreendimentos, comunidades e famílias envolvidas. Embora o processo esteja apenas se iniciando e ainda não há disponibilidade de dados quantitativos para aferir objetivamente os primeiros resultados, depoimentos de pessoas que empreendem os Tesouros indicam que Engenhos de Farinha, Ranchos de Pesca Artesanal e Alambiques de Cachaça típicos já estão recebendo um maior número de visitantes, assim

como ampliaram a venda de produtos e serviços oferecidos. Da mesma forma, restaurantes, padarias, cafés e pousadas locais estão comprando mais licores, mel, cachaça, farinha, melado, doces e outros produtos típicos dos Agricultores Familiares e outros empreendedores do território, em decorrência da campanha. Tem-se observado também que, motivados pela Campanha, agentes de Turismo tem indicado cada vez mais aos visitantes os Tesouros Territoriais e os respectivos Roteiros de Base Cultural e Comunitária do LCS.

Contudo, a Campanha também tem evidenciado que estes tesouros, além de revelados e divulgados, precisam de investimento e apoio para serem preservados e adequadamente "lapidados", sobretudo em relação a sustentabilidade dos empreendimentos. Com mais capacitação gerencial, práticas sustentáveis e auxílio financeiro para estruturação dos receptivos, esta estratégia deve ampliar ainda mais as oportunidades de trabalho, emprego e renda para as comunidades tradicionais, através da diferenciação, qualificação e agregação de valor territorial a sua cesta de produtos e serviços típicos.

Campanha sobre as "identidades" territoriais

VOCÊ CONHECE GAROPABA E REGIÃO?

Os tesouros exclusivos de Garopaba e região

Entidades parceiras: ACIG, JPG, Epagri, IFSC, AMA, ACIM, Sebrae, prefeituras de Garopaba, Imbituba, Paulo Lopes e Imaruí, entre outras.

Você Conhece Garopaba e Região?
Macacu: engenho de farinha e alambique do seu Zé do Antônio
PARTICIPE DESTA INICIATIVA! - 3254.4986
Jornal do Povo GAROPABA
Alguns "tesouros" nas reportagens:
Agricultura familiar, Engenho de Farinha e AlambiqueTradicional
"Bons restaurantes já oferecem a farinha e a cachaça do Engenho do Macacu"

Você Conhece Garopaba e Região?
Artesanato no caminho da lagoa do coração
Jornal do Povo GAROPABA
"Pesca e artesanato na Lagoa do Coração"

2.7.4 Marcas Territoriais

As "Marcas Territoriais" correspondem a um fenômeno contemporâneo e ainda não foram regulamentadas através de algum dispositivo legal que as ampare juridicamente, mas gradativamente elas vêm ganhando força nos processos de Desenvolvimento Territorial Sustentável (Simões, 2010:153-158). Assim, mais que identificar grupos de pessoas com algum interesse em comum, tal como ocorre com as "Marcas Coletivas", elas expressam particularidades geográficas e antropológicas de um determinado território. Mesmo assim, elas ainda não são passíveis de registro no Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI[1].

O contraste que existe entre a Marca Coletiva e a Marca Territorial é que a primeira tanto serve para representar graficamente um empreendimento que envolve apenas uma cadeia produtiva quanto dar expressão para um aglomerado de empreendimentos reunidos setorialmente, tal como costuma acontecer nos "clusters", "sistemas produtivos locais",

[1] Ver < www.inpi.gov.br/menu-esquerdo/marca/index.htm-new-version#8>, acessado em agosto de 2011

"arranjos produtivos locais" ou, em alguma medida, nos "sistemas agroalimentares localizados" (Simões, 2010:58-72). Por outro lado, o INPI oferece a categoria das Indicações Geográficas - IG´s para proteger juridicamente os produtos que possuem singularidades geográficas e/ou antropológicas.

Entretanto, nem as Marcas Coletivas nem as IG´s são suficientemente adequadas para beneficiar o público do Projeto DTS IC - SC. Não se trata, portanto, apenas de estimular uma cadeia produtiva e menos ainda de potencializar somente - ou principalmente - alguns grupos mais organizados e capitalizados. Afinal, o Projeto não opera para promover um Arranjo Produtivo Local pautado por uma cadeia produtiva ou algum tipo de aglomeração de empreendedores de grande porte estabelecidos setorialmente. Longe disso, a perspectiva da Cesta de Bens e Serviços Territoriais proposta por Pecqueur (2006:135) é a mais adequada, pois a informalidade econômica e a diversidade de atividades dos pequenos empreendimentos dos territórios-piloto precisam ser levadas em conta como um estágio preliminar dos processos de desenvolvimento posto em questão, sempre centradas em cadeias produtivas.

De todo modo, o Projeto DTS IC - SC já venceu alguns pré-requisitos para começar a construção de duas Marcas Territoriais com a instituição de Comitês Territoriais, a elaboração das Cartas de Identidades Culturais e a análise que possibilitou organizar os Roteiros experimentais para turismo cultural de base comunitária. Assim, este momento foi muito esperado e envolveu bastante trabalho participativo até alcançar o ponto de amadurecimento necessário para iniciar a construção das marcas dos territórios LCN e LCS. Tais marcas darão visualidade da identidade cultural de indivíduos, comunidades e entidades que sustentam o Projeto DTS IC - SC em cada um dos territórios-piloto, através de sínteses gráficas elaboradas a partir do diálogo de saberes vernaculares com conhecimentos científicos que resultou numa cultura tradicional revista, resignificada e revitalizada para atualidade da pesca artesanal, da agricultura familiar, do turismo de base comunitária e das atividades culturais dos territórios catarinenses estimulados no Projeto.

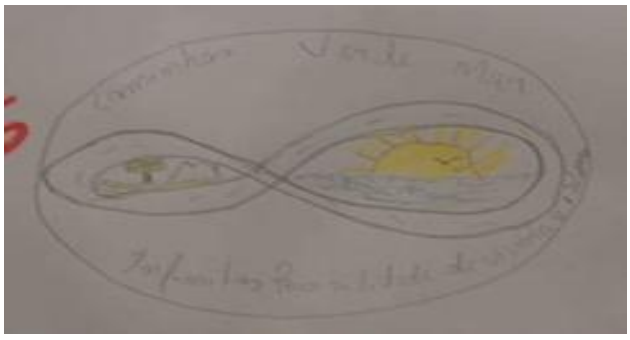
Vale ressaltar, todavia, que empreender uma marca territorial requer uma estratégia que não dispõe de modelos prontos e acabados para orientar a sua construção. Mais que isso, os dois casos do Projeto DTS IC - SC envolvem um grau de complexidade considerável, pois os territórios-piloto reúnem sete municípios (quatro no LCN e três no LCS), requerendo um nível alto de interação com as respectivas prefeituras municipais, fundações municipais de cultura e outras organizações, além de um diálogo interétnico e cultural que extrapolou o limite político-administrativo de cada município dos territórios atendidos, esbarrando, inclusive, em diferenças político-partidárias dos municípios envolvidos no Projeto. Portanto, a hipótese que mais motivou o empreendimento desta iniciativa foi o viés da identidade cultural, o qual oferece um campo fértil para fomentar a cooperação entre indivíduos, comunidades e as instituições mais dispostas a colaborar para formar capital social, indicando um caminho que desvia das questões político-partidárias que tanto segregam pessoas, entidades e lugares.

Assim, aproximar as pessoas e suas comunidades através do sentimento de pertencimento ao lugar, reforçando as respectivas características culturais, parece ser uma estratégia mais promissora e interessante que apostar apenas no tradicional processo de crescimento econômico baseado quase que exclusivamente na competitividade individual e no aumento de escala de produtos padronizados (“commodities”), normalmente destituídos de identidade cultural e territorial.

Deste modo, ao invés dos cidadãos dos territórios LCN e LCS permanecerem constrangidos pela precariedade que macula as suas atividades sócio-produtivas tradicionais na atualidade, em virtude da agressiva política econômica que afeta as culturas locais e seus ambientes naturais, as marcas territoriais construídas participativamente ajudam a re estabelecer o tecido social de povos tradicionais ou de comunidades diferenciadas (Santilli, 2005) ao dar-lhes mais e melhor visibilidade, confirmando, assim, a validade de um tipo de desenvolvimento que congrega pessoas, reafirma culturas e fortalece comunidades através do engajamento de instituições que procuram diminuir a distância que separa os portadores de saberes locais daqueles que operam os conhecimentos científicos. Tudo isso lhes possibilita concertar acordos entre entidades comunitárias, instituições públicas e

organizações privadas para a construção de Cestas de Bens e Serviços Territoriais, através de um público interessado em Economia Plural (Lévesque, 2010:147), Processos e/ou Produtos Sustentáveis (Manzini, 2008) ou mesmo Negócios Sociais (Yunus, 2010).

Foto: Construção coletiva das Marcas Territoriais



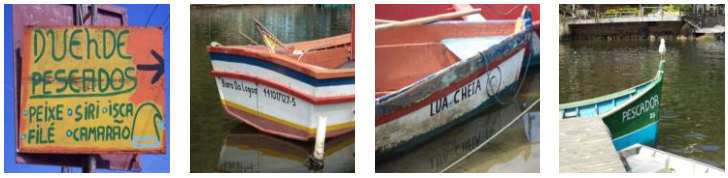
Fotos 25, 26 e 27

Oficinas participativas para construção das marcas territoriais do litoral centro norte e centro sul. As marcas foram construídas a partir desenhos e pesquisa iconográfica, conforme ilustram as imagens abaixo.

DESENVOLVENDO A ESCRITA

CAMINHOS VERDEMAR

SOLUÇÃO TIPOGRÁFICA DESENHADA A PARTIR DE PESQUISA ICONOGRÁFICA DE EMBARCAÇÕES PARA PESCA ARTESANAL NA ZONA COSTEIRA DE SC.



Detalhando a Marca do Litoral Centro Sul

DECODIFICANDO O DESENHO SELECIONADO:

1. SOL
2. MONTANHAS
3. MAR
4. BALEIA
5. BARCO E PESCADOR
6. RANCHO DE PESCA
7. AGRICULTOR
8. AGRICULTURA FAMILIAR

2.7.5 Associações Territoriais:

Outra ação realizada no âmbito do DTS Zona Costeira foi a fundação de Associações que se origina a partir dos Pré Comitês formados no início do projeto, os quais evoluíram na forma de associações que visam coordenar a gestão dos processos de DTS dos dois territórios.

1) ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL COSTA CATARINA - ADTC

A Associação de Desenvolvimento Territorial Costa Catarina - ADTC foi fundada em três de Julho de 2013. Com sede na Rua 3 de outubro, 870, bairro centro, Imbituba – SC, é

uma associação civil de direito privado sem fins lucrativos, de caráter socioambiental, educativo, cultural, beneficente e de assistência técnica e social, de duração indeterminada.

A associação abrange todas as comunidades tradicionais dos municípios de Imbituba, Garopaba, Paulo Lopes e demais municípios do complexo lagunar Centro Sul - SC, tendo como foco principal gerir a Marca Territorial criada para atender os interesses dos agricultores familiares, pescadores artesanais, artesãos, e também para atender as demais atividades relacionadas ao turismo com identidade territorial e aos princípios do Desenvolvimento Territorial Sustentável com Identidade Cultural. Entre os objetivos especificados no estatuto, destacam-se: (a) conscientizar e promover o fortalecimento dos agricultores familiares, pescadores artesanais, artesãos, e demais membros vinculados ao turismo com identidade territorial e atividades culturais; (b) promover projetos e ações que visem à preservação e conservação, a proteção da identidade física, social e cultural do território**,** com recursos próprios ou advindos de convênios, parcerias e/ou doações; (c) articular atores, entidades, setores e políticas públicas voltadas às identidades socioculturais das populações tradicionais; (d) estimular e participar de projetos e ações, que visem o associativismo e cooperativismo; (e) estabelecer parcerias e participar de projetos que visem o desenvolvimento do turismo com identidade territorial, como forma de valorização dos bens históricos, sociais, naturais, arqueológicos e culturais do território; (f) promover ações que busquem o cumprimento da legislação visando a conservação ambiental e a preservação de seus ecossistemas; (g) criar, promover, colaborar, incentivar e executar projetos, ações e campanhas**,** visando o desenvolvimento de práticas socioambientais, econômicas e dinâmicas organizacionais que interessem o bem comum da população do território, respeitando os preceitos constitucionais. O estatuto da ADTC encontra-se no anexo 7. Cabe destacar que neste processo de criação da associação, também foram elaboradas as normas de uso coletivo da marca territorial.

Foto 28. Formalização da Associação

2) Litoral Centro Norte

No Litoral Centro Norte o encaminhamento para a gestão da Marca Territorial foi também a organização de uma Associação. Num primeiro momento, a Associação de Economia Solidária de Balneário Camboriu assumiu a função de gestora da marca e das ações territoriais, através de um comitê gestor. Num segundo momento, por conta de uma reflexão interna do grupo em busca de maior autonomia optou-se por constituir a Associação de Desenvolvimento Territorial Caminhos Verde Mar. A mesma está em processo de consolidação através da definição do seu estatuto e regimento interno.

2.7.6 Segunda Carta Territorial

Para a elaboração da segunda carta territorial o mesmo modelo metodológico da primeira carta foi utilizado. Oficinas com os atores territoriais e membros dos comitês territoriais LCN e LCS deram subsídios para a definição de conteúdo, formato das cartas e outros detalhes. A partir destas oficinas optou-se pelo formato de livro em vez de folder como na primeira versão das cartas, de forma a melhor detalhar e valorizar os empreendimentos com identidade cultural dos dois territórios piloto, conforme ilustra a figura 2 a seguir.

Figura 2. Detalhes das Propostas Gráficas das Segundas Cartas Territoriais

2.8 Meta 8. Sistema de monitoramento participativo de longo prazo

A metodologia utilizada para delinear a proposta de indicadores para monitoramento valeu-se de duas estratégias complementares. De um lado, análise dos documentos técnicos, relatórios de oficinas e eventos diversos ocorridos ao longo dos seus quase cinco anos de atividades. De outro lado, com vistas à elaboração de uma ferramenta voltada à análise dos processos atuais e futuros do projeto DTS Zona Costeira, foi realizada pesquisa bibliográfica concernente ao tema e três oficinas contando com a presença de participantes das duas áreas de abrangência (LCN e LCS), a saber, técnicos e membros comunitários dos municípios que perfazem a experiência piloto no litoral.

Os documentos analisados mostraram que os territórios apresentam diferentes dinâmicas territoriais, cujos detalhes podem ser verificados no relatório de monitoramento no anexo 9. A construção de um território, como no caso do projeto DTS Zona Costeira, pressupõe o senso de pertencimento ao lugar, a preocupação pela transmissão do patrimônio natural e cultural, o empreendedorismo coletivo, a capacidade de inovação permanente, o adensamento progressivo do capital social e as relações institucionais. Apresenta-se assim, como um processo de longo prazo, que exige planejamento flexível e monitoramento contínuo.

Desta forma, o sistema de avaliação tem como objetivo apoiar o planejamento e a execução das ações voltadas ao território, auxiliando na tomada de decisões. Neste sentido, o uso de indicadores é uma estratégia interessante e deve estar em consonância com a realidade avaliada. Neste sentido, uma recomendação importante é que se tenha o cuidado, na definição dos indicadores, de buscar reduzir a sua complexidade sem, sem no entanto, realizar uma simplificação excessiva.

Em função das características dos processos participativos de planejamento do desenvolvimento de um território, é importante afirmar que um sistema de monitoramento destinado à avaliar a dinâmica das transformações da realidade local ou territorial, deve ser baseado no uso de indicadores adequados a estas condições. Portanto, os indicadores devem: ser significativos em relação à sustentabilidade do sistema; ser relevantes

politicamente; revelar tradução fiel e sintética da preocupação; permitir repetir as medições no tempo; prever a interação no tempo e no espaço de diferentes elementos da população, considerando aspectos históricos e condições atuais de diferentes comunidades; permitir um enfoque integrado, relacionando-se com outros indicadores, e permitindo analisar essas relações; ter mensurabilidade (tempo e custo necessário, e viabilidade para efetuar a medida); ser replicáveis e verificáveis; ter claros princípios de base, assim como clara visão dos objetivos que se quer alcançar;ser de fácil interpretação pelo seu usuário; ter uma metodologia de medida bem determinada e transparente; ser elaborados através da participação ampla, representativa de todos os usuários; possuir responsáveis pelo processo de tomada de decisão, pela coleta de dados e pelo processo de avaliação.

Levando em consideração as características acima apresentadas, assim como, o conteúdo abordado no escopo do projeto DTS-IC Zona Costeira Catarinense, e tomando como base o referencial teórico sobre o assunto, sugeriu-se num primeiro momento que os indicadores para o monitoramento do projeto fossem trabalhados levando em consideração as seguintes dimensões:

- ✓ **Dimensão social:** O desenvolvimento é um processo gerador de coesão entre os indivíduos de um mesmo grupo social, cria e fortalece redes de reciprocidade voltadas à gestão social do território.
- ✓ **Dimensão político institucional**: O desenvolvimento local/territorial deve ser gerador de competências e sinergias entre os diversos atores, favorecendo o pleno exercício da cidadania. Neste campo, serão analisados os indicadores que dão conta do nível de interação existente entre a comunidade, Poder Público e instituições para medir a capacidade de articulação entre as mesmas com vistas a um trabalho voltado ao desenvolvimento territorial.
- ✓ **Dimensão econômica:** O desenvolvimento local/territorial tem como um de seus pilares a distribuição das riquezas locais e a criação de oportunidades econômicas para o conjunto dos cidadãos. Estes indicadores procuram demonstrar a dinâmica econômica do território, seus potenciais e limitações. Serão levadas aqui em consideração as iniciativas com identidade cultural levantadas pelo projeto DTS-

IC Zona Costeira e a contribuição das mesmas para o desenvolvimento econômico do território e de seus protagonistas.

- ✓ **Dimensão ambiental**: O desenvolvimento local/territorial deve ser centrado numa relação de prudência entre o homem e meio ambiente, em todas as suas dimensões. Serão analisados indicadores que possibilitam visualizar a melhoria da qualidade de vida dos habitantes locais e a herança deixada para as gerações futuras.
- ✓ **Dimensão formação continuada:** O desenvolvimento local/territorial deve ter como um de seus fundamentos a melhoria constante do capital humano do território. Desta forma, busca-se gerar competências capazes de descobrir e implementar as alternativas necessárias à transformação da realidade e, ao mesmo tempo, proporcionar condições para o exercício pleno da cidadania. Neste sentido, os indicadores deverão apontar como está evoluindo o processo de aprendizagem e o capital humano, o capital social e o capital institucional.
- ✓ **Dimensão cultural:** o desenvolvimento local/territorial deve valorizar os atributos e bens culturais para construir um processo de especificação do território, capaz de oferecer competitividade em relação aos outros territórios. O que valoriza os produtos e serviços de um determinado território é a sua identidade cultural, portanto, esta deve fazer parte dos indicadores a serem trabalhados.

A partir das dimensões acima mencionadas, os indicadores foram elaborados em conjunto com a equipe técnica da EPAGRI e demais atores envolvidos nos dois territórios do projeto. Cabe ressaltar que a continuidade da participação destes interlocutores é estratégica na dinâmica desejável de efetivação do processo de monitoramento, sendo a apropriação do processo de monitoramento pelo grupo social que lhe permeia uma condição de seu bom funcionamento.

Para validar os indicadores e planejar o sistema de monitoramento de forma participativa, foram realizadas oficinas com técnicos da EPAGRI, membros das comunidades e parceiros. As mesmas ocorreram nos municípios de Porto Belo nos dias 06 e 27 de novembro de 2013, e no município de Imbituba no dia 26 de novembro de 2013.

Como forma de ordenar as atividades desenvolvidas nas oficinas, a consultoria preparou material de apoio para orientar o trabalho dos participantes. A metodologia proposta seguiu um roteiro com três etapas:

Etapa I	**- Recapitulação do projeto (principais ações desenvolvidas e resultados)** **- Explanação sobre última meta: elaboração de indicadores para monitoramento** **- O que é monitoramento?**
Etapa II	- Apresentação da proposta de monitoramento - Trabalho em grupo sobre monitoramento
Etapa III	- Apresentação dos trabalhos pelos grupos - Discussão final

Resultados da oficina do Litoral Centro Norte

Dimensão social				
Número do indicador	**Indicador**	**Como**	**Quem**	**Periodicidade**
1	Ampliação e criação de espaços associativos/participativos	Verificar o número de grupos envolvidos/grau de participação (freqüência, qualidade)	EPAGRI/Grupo Gestor?	Anual no inicio
2	Melhoria da auto-estima individual e da família	Pesquisa Individual ou participativa com as comunidades/grupos (questionário ou metodologia específica)	Epagri/ Associação? Grupo Gestor?	Bianual
3	Capacidade de criar sinergias e mobilização comunitária para solucionar problemas	Frequência com que os grupos sociais se reúnem para solucionar problemas ou encaminhar soluções	Associação? Grupo Gestor?	Anual
4	Oportunidade para inclusão de novos participantes	Controle do numero de associados/artesãos/empreendedores	Associação? Grupo Gestor?	Anual
5	Oportunidades para as novas gerações ingressarem em atividades tradicionais	Enquete com as comunidades/envolvidos	Associação? Grupo Gestor?	Bianual

Dimensão Político Institucional				
Número do indicador	**Indicador**	**Como**	**Quem**	**Periodicidade**
1	Quantidade de Instituições, entidades, setores participando da dinâmica do DTS	Participação em reuniões (lista de presença)	Comitê Gestor	Anual
2	Qualidade da participação dos atores envolvidos, em termos de participação e comprometimento	Se as entidades assumem o papel dentro do processo (encaminhamentos)	Comitê Gestor	Anual
3	Abrangência espacial alcançada pelas relações político institucionais	Número de entidades/instituições participantes em nível local, regional, estadual, nacional, internacional,etc.	Comitê Gestor	Anual

Dimensão Econômica				
Número do indicador	**Indicador**	**Como**	**Quem**	**Periodicidade**
3	Agregação de valor econômico aos produtos e serviços através da identidade territorial	Pesquisa, diagnóstico, levantamento Analise de um diferencial de preço e preferência com relação a similares sem identidade	Associação/Epagri	Anual
1	Geração de trabalho, renda e melhoria das condições da família	Pesquisa, diagnostico/levantamento	Associação/ Comitê Gestor	Bianual
5	Geração de novas atividades produtivas	Diagnostico/levantamento	Associação/ Comitê Gestor	Bianual
4	Inserção em novos mercados	Diagnostico do fluxo e destinos dos produtos e serviços/acompanhamento de feiras Ampliação dos pontos de venda	Associação/ Comitê Gestor	Anual
2	Aumento das vendas e negócios dos empreendimentos com identidade cultural	Acompanhamento contábil individualizado de produtos e serviços	Epagri	Anual

Dimensão Formação Continuada				
Número do indicador	**Indicador**	**Como**	**Quem**	**Periodicidade**
1	Criação de oportunidades de formação/ capacitação/ conscientização	Levantamento	Associação/ Comitê Gestor	Anual
2	Promoção de intercâmbio e troca de saberes	Levantamento (participação em feiras, excursões, visitas técnicas, etc.)	Associação/ Comitê Gestor	Anual

Dimensão Cultural				
Número do indicador	**Indicador**	**Como**	**Quem**	**Periodicidade**
1	Reconhecimento da identidade cultural do território (na ótica dos "de fora")	Entrevistas nas quatro estações do ano focada no turista	Associação junto as Fundações e secretarias municipais de cultura e turismo	Anual
2	Reconhecimento da identidade cultural do território (na ótica dos "habitantes")	Diagnósticos feitos por antropólogos/historiadores e moradores mais antigos	Associação com Fundações e Secretarias Municipais de Cultura, Turismo e Universidades	Bianual
4	Utilização da marca territorial	Numero de produtos e serviços utilizando a marca	Associação/Grupo Gestor	Anual
3	Grau de identidade cultural dos produtos e serviços (cesta de bens e serviços)	Entrevistas nas 4 estações do ano focalizada nos habitantes do território	Associação	Anual

Dimensão Ambiental				
Número do indicador	**Indicador**	**Como**	**Quem**	**Periodicidade**
1	Adequação dos empreendimentos a normas ambientais e sanitárias;	Verificação in loco	Associação através de Grupo de trabalho	Anual
4	Adoção de boas práticas ambientais (energia solar, coleta de água, etc.)	Verificação in loco	Associação através de Grupo de trabalho	Anual
2	Participação em fóruns focados na gestão ambiental do território	Levantamento com os participantes do processo (enquete)	Associação	Bianual
3	Transformação da paisagem	Projetos de pesquisa/monitoramente	Associação/universidade	Bianual

Resultados Oficina Litoral Centro Sul

Dimensão Social				
Número do indicador	**Indicador**	**Como**	**Quem**	**Periodicidade**
2	Melhoria da auto estima individual e da família	Reunião com os associados e em trabalhos de grupo	Associação	Anual
4	Capacidade de criar sinergia e mobilização comunitária/coletiva para solucionar problemas	Reunião com os associados	Associação	Anual
5	Oportunidade para inclusão de novos participantes	Reunião anual da Associação	Comitê ou Conselho Gestor	Anual
1	Criação de espaços associativos/participativos	Pesquisa da opinião pública	Diretoria da Associação	Semestral
3	Oportunidade para inclusão de novos participantes	Pesquisa com os associados e as famílias	Conselho Gestor	

Dimensão Formação Continuada				
Número do indicador	**Indicador**	**Como**	**Quem**	**Periodicidade**
1	Criação de oportunidades de formação/capacitação/conscientização	Com os associados	Reunião da Associação	Semestral
2	Promoção de intercâmbio e troca de saberes	Pesquisa com os Associados	Diretoria da Associação	Semestral

Grupo 2

Dimensão Cultural				
Número do indicador	**Indicador**	**Como**	**Quem**	**Periodicidade**
3	Grau de identidade cultural dos produtos e serviços (cesta de bens e serviços)	Através de oficinas com análise qualitativa	Associação via grupo de trabalho ou parceiros	Anual ou sempre que necessário
4	Uso de materiais locais e saberes tradicionais nos produtos e serviços	Através de oficinas com análise qualitativa	Associação via grupo de trabalho ou parceiros	Anual ou sempre que necessário
2	Utilização da marca territorial	Através de oficinas com análise qualitativa	Associação via grupo de trabalho ou parceiros	Anual ou sempre que necessário
1	Reconhecimento da identidade cultural do território (na ótica dos “de fora”)	Através de oficinas com análise qualitativa	Associação via grupo de trabalho ou parceiros	Anual ou sempre que necessário

Dimensão Ambiental				
Número do indicador	**Indicador**	**Como**	**Quem**	**Periodicidade**
1	Gestão dos recursos (naturais) coletivos	- Visitas nos locais - Avaliação de grupo técnico através de uma escala de 1 a 5 - Oficinas	Grupo técnico designado	Anual ou sempre que necessário
2	Participação em fóruns focados na gestão ambiental do território	- Visitas nos locais - Avaliação em grupo técnico através de uma escala de 1 a 5 - Oficinas	Grupo técnico designado	Anual ou sempre que necessário
3	Transformação da paisagem	- Visitas nos locais - Avaliação em grupo técnico através de uma escala de 1 a 5 - Oficinas	Grupo técnico designado	Anual ou sempre que necessário

Grupo 3

Dimensão Político Institucional				
Número do indicador	**Indicador**	**Como**	**Quem**	**Periodicidade**
1	Quantidade de instituições, entidades, setores participando da dinâmica do DTS			
2	Qualidade da participação dos atores envolvidos, em termos de participação e comprometimento			
3	Abrangência espacial em escala geográfica alcançada pelas ações do projeto (circuitos de comercialização curtos, intermediários e longos)			
4	Número de entidades e atores			

Dimensão Econômica				
Número do indicador	**Indicador**	**Como**	**Quem**	**Periodicidade**
1	Agregação de valor econômico aos produtos e serviços através da identidade territorial			Bianual
2	Geração de trabalho, renda e melhoria das condições da família			Bianual
3	Geração de novas atividades produtivas			Anual
4	Inserção em novos mercados			Anual
5	Monitoramento da pesca artesanal local			Anual
6	Capacitação dos atores e dos empreendimentos como receptivo turístico e estruturas e organização dos locais.			Bimestral

Cabe salientar que o monitoramento é uma ação continua e de fundamental importância nos processos de desenvolvimento. A proposta apresentada serviu para definir de forma conjunta e com co-responsabilidade dos atores dos territórios quais são os indicadores, como serão medidos, quem os medirá e de quanto em quanto tempo, representando desta forma, o início de um processo de monitoramento em fase de implementação.

3 Síntese dos resultados e considerações finais

A implementação do processo DTS - IC em Santa Catarina tem proporcionado a mobilização de diversos atores sociais, entidades, lideranças comunitárias e autoridades territoriais, motivados pela possibilidade de construir e promover dinâmicas de desenvolvimento territorial com ênfase na identidade cultural, na biodiversidade e na sustentabilidade. O quadro abaixo sintetiza os resultados do projeto, especificando os principais produtos e serviços produzidos em cada meta.

Quadro 9 - Síntese dos resultados finais do projeto, produtos e serviços por meta

Meta	**Descrição (detalhes nos docs e produtos especificados entre parênteses)**	**Unidade**	**Qde prevista**	**Qde realizada**
	Síntese da dinâmica territorial e diagnóstico da Zona Costeira de SC (composto por 2 docs: primeiro relatório e anexo 2)	Documento	1	2
	Identificação de embriões de DTS (composto por 2 docs: primeiro relatório e anexo 3)	Documento	1	2
	Apresentação e discussão da proposta (detalhes no primeiro relatório e anexo 4)	Reuniões	1	10
	Parcerias interinstitucionais (detalhes na seção 2.4)	Comitês	3	3
	Capacitação contínua (detalhes no primeiro relatório, seção 2.5, anexos 4, 5, 6, 7 e 10 – listas de presença dos eventos de DTS)	Cursos Oficinas Reuniões	3 6 90	5 15 92
	Planos de ação (detalhes na seção 2.6)	Serviço (Planos)	2	2
	Implementação dos planos de ação (detalhes abaixo, na seção 2.7 e anexo 8) • Primeira versão das Cartas de Identidades: 2 produtos (LCN e LCS) • Roteiros Culturais: 2 produtos (LCN e LCS) • Campanha na mídia: 1 produto (LCS) • Marcas Territoriais: 2 produtos (Costa Catarina e Caminhos VerdeMar) • Associações Territoriais: 2 produtos (LCN e LCS) • Segunda Versão das Cartas de Identidades: 2 produtos (LCN e LCS)	Serviços (Produtos)	6	11
	Sistema de monitoramento participativo de longo prazo (detalhes seção 2.8 e anexo 9)	Serviço (Plano)	1	1

A criação de Sistemas Produtivos Locais Integrados (SPLs), meta principal e objetivo geral do projeto, foi contemplada na forma das cestas de bens e serviços territoriais, seguindo a proposta de Pecqueur (2006). Os bens e serviços das cestas, também denominados ativos territoriais específicos, resultaram das diversas atividades realizadas pela pesquisa e pelos planos de ação, e estão detalhados nas duas Cartas de Identidades Culturais (sobretudo na segunda versão) e na campanha na mídia para valorização de Identidades Territoriais e patrimônio paisagístico. Estes produtos e serviços estão sendo ativados de forma socioeconômica, sociocultural e socioambiental através dos Roteiros Turísticos de Base Cultural e Comunitária e das duas Marcas Territoriais. A gestão destes bens e serviços está sendo realizada sob a coordenação participativa das Associações de Desenvolvimento Territorial.

Com relação ao número de beneficiários, apesar do projeto não dispor de ferramentas adequadas para cálculos exatos (o atual sistema informatizado do MPA não estava disponível na época de realização do convênio), as listas de presença dos participantes dos eventos de capacitação (Anexo 10) estimam como beneficiários diretos e indiretos respectivamente 1.200 e 5.000 famílias de pescadores artesanais, agricultores, lideranças das comunidades rurais e pesqueiras, artesãos e técnicos de entidades territoriais, totalizando 6.200 beneficiários. Contudo, esta é uma estimativa conservadora, é bem provável que este número seja superior.

Desta forma todas as metas previstas foram alcançadas, sendo algumas até superadas, conforme demostra o Quadro 9. Isso foi possível, primeiro, graças a atenção e apoio do MPA, que acompanhou as atividades e atendeu as solicitações de ajustes no Plano de Trabalho (oficializadas através dos sete aditivos) as quais se revelaram necessárias durante o desenvolvimento do processo. Segundo, em função da participação ativa de todas as entidades parceiras. Em virtude deste apoio interinstitucional, característica de projetos como o DTS-IC, os resultados foram obtidos com êxito sem ser preciso usar todos os recursos financeiros disponibilizados pelo Ministério. Isto resultou em uma economia de aproximadamente 15% do valor total disponibilizado (detalhes no relatório financeiro do projeto), e os recursos não utilizados foram devolvidos ao Ministério.

Em relação especificamente aos resultados de pesquisa, estes incluíram a caracterização de trajetórias de desenvolvimento e dinâmicas territoriais conflituosas, onde predominam atividades econômicas que não valorizam as identidades ecológicas e sócio-culturais das comunidades tradicionais da zona costeira. Além disso, foram levantadas as identidades culturais, atores, ameaças, potencialidades e iniciativas inovadoras (embriões) de DTS-IC, as quais serviram para escolha de dois territórios-piloto: litoral Centro Norte (LCN) e Litoral Centro-Sul (LCS). Quanto aos resultados dos eventos de capacitação e das ações territoriais, os dois Laboratórios e o Fórum Internacional reforçaram a percepção de que Santa Catarina possui um ambiente privilegiado para a prática de DTS e que a sua zona costeira pode se tornar um exemplo de dinâmica territorial (ainda que esteja numa fase embrionária), tal como também já ocorre em outras regiões de alguns países europeus (como a Itália, França, Espanha e Portugal) e latino americanos (como Chile, Peru, Argentina e Bolívia).

Um dos principais resultados desses eventos foi a formação de dois Comitês Territoriais (LCN e LCS), interinstitucionais e inter-setoriais, os quais tem envolvido novas entidades e atores sociais nas suas dinâmicas, procurando articular projetos e atividades em cada território-piloto através da elaboração e implementação de planos de ação. Estes Planos, em uma primeira etapa, priorizaram a elaboração participativa de Cartas de Identidades Culturais e de Roteiros Turísticos de Base Cultural e Comunitária.

As Cartas tem se revelado boas ferramentas para dar visibilidade as principais identidades territoriais, contribuindo também para a ativação socioeconômica e a preservação destes “Tesouros”. Os Roteiros de Base Comunitária e Cultural tem se evidenciado como as ações de maior potencial e impacto direto nas comunidades tradicionais. Os Roteiros implementados nos dois territórios-piloto tem resgatado a autoestima e o protagonismo de jovens artistas, artesãos, pescadores e pescadoras artesanais e agricultores e agricultoras familiares, contribuindo para a sucessão familiar de diversas manifestações culturais e atividades socioeconômicas destas comunidades. Embora ainda não existam dados quantitativos sistematizados (o processo de monitoramento está recém-implementado), depoimentos de empresários de diversos setores econômicos e de

membros das comunidades que empreendem os tesouros territoriais indicam a ampliação da oferta de trabalho e de emprego para as comunidades tradicionais e aumento na geração de renda nos territórios-piloto. Um dos próximos desafios é estruturar melhor os receptivos dos empreendimentos visitados, sobretudo com práticas sustentáveis, capacitar os empreendedores qualificando-os nas questões gerenciais, ambientais e culturais (transmitindo sua história e seus conhecimentos tradicionais), além de tornar estes Roteiros uma prática mais rotineira, divulgando-os na mídia e nas agências de turismo.

Em uma segunda etapa dos Planos de Ação, emergiu a iniciativa da construção social de Marcas Territoriais, visando reforçar o processo de reativação dos recursos específicos desses territórios, assim como articular produtos, serviços e comunidades com as respectivas histórias, geografias e identidades culturais. O exercício da construção social dessas Marcas comprovou o potencial desta ferramenta tanto para aproximar as pessoas e suas comunidades através do sentimento de pertencimento ao lugar quanto para reforçar a agro biodiversidade e a qualificação de produtos e serviços com as respectivas características sócio-antropológicas e culturais do território. Esta estratégia parece ser mais promissora e interessante do que apostar apenas no tradicional processo de crescimento econômico baseado quase que exclusivamente na competitividade individual e no aumento de escala de produtos padronizados (“commodities”), destituídos de identidade cultural e territorial.

Outra atividade que emergiu partir da evolução dos Planos de Ação foi a Campanha para Valorização de Tesouros (ou identidades) Territoriais, implementada no LCS e com previsão de implementação futura no LCN. Esta Campanha tem divulgado os principais “diamantes” territoriais e tem colaborado para ampliar as oportunidades de trabalho, emprego e renda para as comunidades tradicionais que empreendem esses tesouros, promovendo a diferenciação, qualificação e agregação de valor territorial aos seus produtos e serviços típicos. Contudo, também tem mostrado que, além de revelados e divulgados, tais “diamantes” precisam de investimento e apoio para serem adequadamente preservados e “lapidados”. Neste sentido, as entidades participantes da Campanha no LCS estão

elaborando um projeto para estruturar e melhorar os receptivos desses Tesouros e Roteiros, sobretudo na questão da sustentabilidade.

A mais recente atividade incluída nos Planos de Ação foi a criação das Associações de Desenvolvimento Territoriais, os quais tem suas raízes nos Pré Comitês territoriais formados no início do projeto. Estes pré-comitês evoluíram para comitês e recentemente se formalizaram na forma de Associações Territoriais, visando coordenar e articular a gestão dos processos de DTS nos dois territórios-piloto.

Em síntese, apesar de ser expressivo o desafio de distinguir territorialmente (enraizar) produtos e serviços, os resultados do projeto DTS -IC na zona costeira indicam que o caminho da diferenciação e qualificação de produtos e serviços com identidade cultural tem ajudado a reativar os conhecimentos populares e processos de ressignificação da cultura local. Com isto, contribui para ampliar as oportunidades de emprego e renda para as comunidades tradicionais, em geral marginalizadas ou no máximo “sub-empregadas” no convencional processo de crescimento econômico baseado no aumento da escala de produtos padronizados (“commodities”).

As duas experiências-piloto (LCN e LCS) tem mostrado que Santa Catarina dispõe de expressivo potencial de talentos, iniciativas e oportunidades de DTS IC, em virtude da sua diversidade étnica, ambiental e sociocultural. Isto demostra que o projeto DTS - IC na Zona Costeira não é apenas uma alternativa marginal direcionada aos marginalizados, alcançando o status de referência para iniciativas semelhantes em outras regiões catarinenses. Os resultados indicam que este processo, além colocar em prática e ajudar a qualificar políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares, aos pescadores artesanais e outras comunidades tradicionais, tem contribuído para fazer a diferença na valorização do patrimônio agroalimentar, dos mercados locais e dos produtos e serviços típicos dos diversos territórios.

Contudo, vale lembrar que os resultados de processos de DTS-IC se consolidam a médio-longo prazo. As experiências-piloto do LCN e LCS estão servindo de referência e motivação para iniciativas semelhantes em outras regiões da zona costeira de SC, algumas

das quais estão elaborando propostas para iniciar projetos de DTS-IC, como o litoral norte e o litoral sul. Isso, entre outras evidências, demostra estarmos no caminho certo e nos motiva a prosseguir. Esperamos continuar contando com o apoio do MPA para continuarmos avançando nesta caminhada.

4 Literatura consultada

BAWDEN, R. "Towards action researching systems" In: ZUBER-SKERRITT, O. (ed.). **Action research for change and development.** CALT / Griffith University, Brisbane, Austrália, 1992. Pp. 21-51.

CERDAN, C. **Desenvolvimento territorial sustentável na zona costeira do estado de Santa Catarina - Brasil.** Definição de estratégias integradas e baseadas na valorização da identidade cultural das comunidades pesqueiras tradicionais**.** RIMISP, 2009.

CERDAN, Claire & SAUTIER, Denis. "Construção e Desenvolvimento dos Territórios Rurais: Sistemas de produção de queijo em Sergipe" in: SABOURIN, Eric & TEIXEIRA, Olívio Alberto (orgs.). **Planejamento e Desenvolvimento dos Territórios Rurais. Conceitos, controvérsias e experiências.** Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2002. Pp. 131-142.

CERDAN, Claire et al. **Informe de Pesquisa**: Desenvolvimento territorial sustentável na zona costeira do Estado de Santa Catarina Brasil. 2010.

DRUMOND, M. Auxiliadora. **Participação Comunitária no Manejo de Unidades de Conservação. Manual de técnicas e ferramentas**. Belo Horizonte: Instituto Terra Brasilis de Desenvolvimento Socioambiental, 2002

FARIAS, J. G. "**Do pasto à Paisagem**", Florianópolis: UFSC, 272 páginas. Tese de Doutorado. Centro de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. 2013

FLORES, M. "La identidade cultural del território como base de una estratégia de desarrollo sostenible" in Territorios con Identidad cultural. Perspectivas desde América Latina y la Unión Europea" in: **Opera**, n. 7, CIPE / Universidad Externado de Colombia. Bogotá, 2007. pp. 35-54.

FONTE, M.; PAPADOPOULOS, A.G. Editors "Name Food after Places. Food Relocalisation and Knowledge Dynamics in Rural Development" in: **Perspectives on Rural Policies and Planning Series.** Ashgate Publ., 2010.

KOLB, D. A. **Experiential learning: Experience as the source of learning and development**. Prentice-Hall, Inc. Englewood Cliffs, New Jersey, 1984.

LÉVESQUE, Benoit. "Economia Plural e Desenvolvimento Territorial na Perspectiva do Desenvolvimento Sustentável: Elementos teóricos de sociologia econômica e de socioeconomia" in: VIEIRA, Paulo Henrique Freire; CAZELLA, Ademir Antonio; CERDAN, Claire & CARRIÈRE, Jean-Paul (orgs.). **Desenvolvimento Territorial no Brasil: subsídios para uma política de fomento.** Florianópolis: APED / Secco, 2010. Pp. 147-178.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo.** 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

PECQUEUR , B. “Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados” in: **Eisforia,** v. 4, n. 4, pp.135-153. Florianópolis, 2006.

PINHEIRO, S.L. et al. Oportunidades e perspectivas do Desenvolvimento Territorial Sustentável com Identidade Cultural (DTS-IC) em Santa Catarina. **Revista Agropecuária Catarinense**, V 25, n.1, março de 2012.

PINHEIRO, S.L.G.; Schlindwein, S.L. Desenvolvimento Territorial Sustentável com Identidade Cultural (DTS-IC): Uma experiência sistêmica na Zona Costeira de Santa Catarina. In: **Anais** IX Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, organizado pela Embrapa em Brasília, 26 a 28 de Junho de 2012.

PINHEIRO, S.L.G.; Ranaboldo, C.; Simões, M. de A.; Ferrini, A.; Cerdan, C. **Desenvolvimento Territorial Sustentável com Identidade Cultural (DTS-IC)**: A experiência da Zona Costeira de Santa Catarina. In: Anais, 50^{0} Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Rural, Territorial e Regional, Vitória (ES), 22 a 25 de julho de 2012.

PINHEIRO, S. L. G.; Simões, M. de B. A.; Ranaboldo, C. ; Mior, L. C. & Ferrari, D. L. Dinâmicas territoriais sustentáveis na zona costeira de Santa Catarina: Estratégias para valorização de comunidades tradicionais, produtos e serviços com identidade cultural.. In: **Anais** 51^{0} Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), Belém (PA), 21 a 24 de julho de 2013.

PRIMEIRO RELATÓRIO DE ATIVIDADES PROJETO “DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL (DTS) NA ZONA COSTEIRA CATARINENSE: Estratégias integradas de geração de trabalho e renda a partir da valorização da identidade cultural das comunidades pesqueiras tradicionais. EPAGRI, março 2009.

RANABOLDO, C. & SCHEJTMAN, A. (orgs.). **El valor del patrimonio cultural: territorios rurales, experiencias e proyecciones latinoamericanas.** Lima: IEP / RIMISP, 2008. 428 pp.

REQUIER-DESJARDINS, Denis; BOUCHER, François & CERDAN, Claire. “Globalização, vantagens competitivas e sistemas agroindustriais localizados em zonas rurais de países latino-americanos” in: **Eisforia**, n. especial. Jan./jun. 2006. Pp. 107-134.

SABOURIN, Eric & TEIXEIRA, Olivio Alberto (orgs.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais**: Conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2002.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e Novos Direitos.** São Paulo: Peirópolis, 2005.

SIMÕES, Mauro De Bonis Almeida. **A Construção e os Efeitos da Marca Territorial do Município de São Bonifácio (SC)**. Dissertação de mestrado - MPPT/FAED/UDESC. Florianópolis, 2010.

SIMÕES, Mauro De Bonis Almeida; PINHEIRO, Sergio Leite Guimarães & CERDAN, Claire. "A contribuição do design na construção social de territórios-piloto da zona costeira de Santa Catarina, SC)" in: MARTINS, Pedro; SÁNCHES, Héctor Ávila & WELTER, Tânia (orgs.) **Territórios e sociabilidade: relatos Latinoamericanos.** Florianópolis: Editora da UDESC, 2012.

SIMÕES, M. D. B. A.; PINHEIRO, S. L. G.; CERDAN, C.;RANABOLDO, C.; JACOMEL, F.; SCHIO, C.; POLETTO, S.; POLICARPO, M. A.; BUCHMANN, E. ; MIOR, L. C. ; FERRARI, D. L. "Dinâmicas territoriais sustentáveis em Santa Catarina (Brasil):ações, desafios e oportunidades para construção de cestas de bens e serviços com identidade cultural". In: **Anais** VI Congresso Internacional Sistemas Agroalimentares Localizados, Florianópolis, 2013

STRAIOTO, Ricardo & FIGUEIREDO, Luiz. "Design Participativo e Sustentabilidade: Ferramentas de gestão participativa do design" in: **Anais** do 3° Simpósio Brasileiro de Design Sustentável**.** Recife, 2011.THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação**.** 14 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

TURNES. V. **Sistema DELOS de indicadores para processos de desenvolvimento local sustentável**. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção. UFSC. 2004.

VELARDE, Irene; MAGGIO, Andrea & OTERO, Jeremias (orgs.). **Sistemas Agroalimentarios Localizados en Argentina.** Buenos Aires: INTA, 2008.

VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A. A.; CERDAN, C. "Desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos" in: **Eisforia**, v. 4, n. 4, pp. 13-20. Florianópolis, 2006.

VIEIRA, Paulo Henrique Freire. "Políticas ambientais no Brasil: Do preservacionismo ao desenvolvimento territorial" in: **Política & Sociedade**, v. 8, n. 14, pp. 27-75. Florianópolis, 2009.

VIEIRA, Paulo Henrique Freire; CAZELLA, Ademir Antonio; CERDAN, Claire & CARRIÈRE, Jean-Paul (orgs.). **Desenvolvimento Territorial no Brasil**: subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: APED/Secco, 2010.

VIEIRA, P. F.; POLICARPO, A. M.; CERDAN, C. **Sinergias y conflitos entre dinámicas territoriales**: rumbo al desarrollo sustentable en la zona costera del Estado de Santa Catarina. Programa Dinámicas Territoriales Rurales, Rimisp, 2011.

YUNUS, Mahammad. **Criando um negócio social**: como iniciativas economicamente viáveis podem solucionar os grandes problemas da sociedade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

WHYTE, W. F. (ed.). **Participatory action research.** Sage Publications, Newbury Park, N. J., 1990.

5 Anexos

1 Sétimo Aditivo e Plano de Trabalho do Convênio MPA/EPAGRI 050-2007

2 Documento de Pesquisa “Dinâmicas Territoriais Rurais” (RIMISP, 2010)

3 Documento de Pesquisa “Valorização dos ativos culturais e naturais das comunidades rurais e desenvolvimento territorial sustentável na zona costeira do Estado de Santa Catarina/Brasil” (UFSC-CIRAD, 2011)

4 Relatório parcial de atividades “Impulso à estratégias de DTS-IC e organização do LABTER na Zona Costeira de Santa Catarina – Brasil” (AMA-RIMISP-EPAGRI, 2009)

5 Reportagem “Tradições de Futuro” (Revista Agropecuária Catarinense, v.24, n.1, mar. 2011, p 26-30)

6 Artigo “Oportunidades e perspectivas do Desenvolvimento Territorial Sustentável com Identidade Cultural (DTS-IC) em Santa Catarina”. Revista Agropecuária Catarinense, V 25, n.1, março 2012, p. 15-18.

7 Estatuto social da ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL COSTA CATARINA – ADTC

8 Segunda Versão das Cartas de Identidades Culturais

9 Relatório do Sistema de Monitoramento Participativo de Longo Prazo

10 Listas de presença dos eventos de capacitação